

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ROSICLER FÁTIMA CHIARELLO

**INTERFERÊNCIA DA ECONOMIA DE COMUNHÃO NAS EVIDENCIAÇÕES DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS**

**FLORIANÓPOLIS
2005**

ROSICLER FÁTIMA CHIARELLO

**INTERFERÊNCIA DA ECONOMIA DE COMUNHÃO NAS EVIDENCIAÇÕES DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS**

Trabalho monográfico apresentado para a
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Contábeis pela Universidade Federal de Santa
Catarina

Orientadora: Elisete Dahmer Pfitscher, Dra.

**FLORIANÓPOLIS
2005**

ROSICLER FÁTIMA CHIARELLO

**INTERFERÊNCIA DA ECONOMIA DE COMUNHÃO NAS
EVIDENCIAÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS**

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota de, atribuída pela banca constituída pela orientadora e membros abaixo.

Florianópolis, 06 de junho de 2005.

Prof^a Dra. Elisete Dahmer Pfister
Coordenadora do Departamento de Monografias

Banca Examinadora:

Prof^a.Orientadora, Elisete Dahmer Pfister, Dra.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof. Luiz Alberton, Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Prof^a Bernadete Limongi, Dra
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

*Aos meus pais, por terem permitido
minha existência e pelo amor que me
têm dedicado.*

*A meu esposo, Jorge, pelo apoio e
compreensão.*

*As minhas queridas filhas, Julia,
Bruna e Lígia, por simplesmente
existirem.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre ao meu lado, intercedendo e olhando por mim, dando-me forças para vencer todos os obstáculos.

A minha irmã Rosângela, que sempre esteve ao meu lado, escutando-me nos momentos mais difíceis.

A minha orientadora e ao professor Luiz Felipe Ferreira que sanaram minhas dúvidas e incertezas na trajetória deste trabalho.

A todos os professores, que me proporcionaram conhecimento e aprendizagem, servindo de estímulo para alcançar meus objetivos.

À empresa Metalsul, por ter me recebido tão bem e ter permitido a realização deste trabalho.

As minhas amigas, em especial, Carla Mara, Clair Coser, Eliete Ern, Marilene Goularte, Marli Zanotelli e Susana Cipriani, obrigado pelos momentos que passamos juntas.

“É um grande espetáculo ver um homem esforçado lutar contra a adversidade; mas há um ainda maior; ver outro homem correr em sua ajuda.”

Oliver Goldsmith

Resumo

CHIARELLO, Rosicler Fátima. **Interferência da economia de comunhão nas evidências de responsabilidade social das empresas.** 2005, 68 p. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A conscientização da sociedade com relação ao comportamento dos gestores das empresas diante do meio ambiente, das relações com os colaboradores e com o bem-estar da população faz com que as organizações busquem mudar o estilo de gestão, incorporando valores e ações antes não consideradas. A contabilidade, preocupada com a divulgação das informações úteis aos gestores e aos usuários internos e externos, utiliza-se do Balanço Social, demonstrativo que evidencia os indicadores sociais das empresas. Numa perspectiva de solidariedade, comunhão de bens e liberdade, surgiu o projeto Economia de Comunhão. O projeto entra no âmbito da responsabilidade social, vai além, difundindo uma cultura de partilha. Empresas envolvidas com o projeto mudam o modo de agir, partilham as próprias receitas e os próprios recursos com o próximo que se encontra necessitado, num relacionamento de igual dignidade. Explorando esses temas, aborda-se o seguinte problema: como as empresas podem evidenciar a economia de comunhão nas demonstrações contábeis? Em face dessa discussão, enfatiza-se o objetivo geral e os específicos para o desenvolvimento desta monografia. O método utilizado para a pesquisa adotou a abordagem qualitativa, com ênfase no estudo de caso da empresa Metalsul, recorrendo-se à entrevista semi-estruturada e à observação. O estudo focaliza a responsabilidade social e a proposta “Economia de Comunhão”. Finaliza-se com uma proposta de Demonstração do Valor Adicionado para as empresas da Economia de Comunhão.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Balanço Social. Economia de Comunhão.

Abstract

The awareness of the society about the relationship between companies and environment, workers and social welfare, leads organizations to change their management style, incorporating new values and actions. Accounting, that aims to spread useful information to managers, internal and external users, issues the Social Balance, that demonstrates the social indicators of the companies. From a perspective of freedom, solidarity and community property, it is suggested the Economy of Communion Project. It goes beyond the basic social responsibility, spreading out the culture of sharing. The companies involved with the project change the way to act, sharing their revenues and resources with the people who need most. So, the following question is proposed: how can the companies spread out the Economy of Communion through Accounting Reports? Before this problem, the objective of this research is answer that question. The research's approach is qualitative, with emphasis on the study of case of the Metalsul company, involving non-structured interviews, observations by the author and analysis of documents. This study discusses the Economy of Communion Project. At last, is proposed a model of the Added Value Report for the companies of the Economy of Communion.

Key words: Social responsibility. Social Balance. Economy of Communion.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1:	A mensuração social na empresa	21
Figura 2:	Evolução da quantidade de empresas de EdC pelo mundo.....	41
Figura 3:	Distribuição das empresas de EdC por setores.....	42
Figura 4:	Gráfico da evolução da quantidade de empresas de EdC no Brasil.....	43
Figura 5:	Representação do faturamento da Metalsul.....	48
Figura 6:	Foto dos trabalhos manuais efetuados na empresa.....	51
Figura 7:	Foto da Fundação.....	56
Figura 8:	Nível da escolaridade dos funcionários da Metalsul e da Fundação Bom Sucesso.....	57
Tabela 1:	Modelo de demonstração do valor adicionado.....	31
Tabela 2:	Quadro evolutivo da quantidade de empresas de EdC por continente.....	41
Tabela 3:	Número de empresas coligadas à EdC no Brasil.....	42
Tabela 4:	Faturamento da empresa Metalsul, em R\$.....	47
Tabela 5:	Modelo de Balanço Social Anual/2004 do Ibase.....	61
Tabela 6:	Modelo de demonstração do valor adicionado para empresas de EdC.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CRC - Conselho Regional de Contabilidade
- CRQ - Conselho Regional de Química
- DVA - Demonstração do Valor Adicionado
- EdC - Economia de Comunhão
- ESPRI - Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais
- FATMA - Fundação do Meio Ambiente
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
- ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias
- IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
- PHL - Partido Humanista da Solidariedade
- PL - Projeto de Lei
- PSB - Partido Socialista Brasileiro
- PT - Partido dos Trabalhadores
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
- REFIS - Programa de Recuperação Fiscal

SUMÁRIO

Resumo.....	06
Abstract.....	07
Lista de figuras e tabelas.....	08
Lista de abreviaturas e siglas.....	09
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Considerações Iniciais.....	11
1.2 Tema.....	12
1.3 Problema.....	13
1.4 Objetivos.....	14
1.5 Justificativa do estudo.....	15
1.6 Metodologia do trabalho.....	16
1.7 Limitações do estudo e estrutura do trabalho.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1 Responsabilidade Social nas Organizações.....	20
2.1.1 Balanço Social.....	24
2.1.2 A Legislação sobre o Balanço Social no Brasil.....	26
2.1.2.1 Projetos de Lei – Esfera Federal.....	27
2.1.2.2 Projetos de Lei – Esfera Estadual.....	28
2.1.2.3 Leis e Projetos – Esfera Municipal.....	29
2.1.3 Modelo de Balanço Social no Brasil.....	30
2.2 O Projeto Economia de Comunhão – EdC.....	32
2.2.1 Movimento dos Focolares.....	38
2.2.2 O Pólo Spartaco.....	39
2.2.3 Dados estatísticos da Economia de Comunhão no mundo.....	40
2.2.4 Dados estatísticos da Economia de Comunhão no Brasil.....	42
3 ESTUDO DE CASO.....	45
3.1 Contextualizando a realidade pesquisada.....	45
3.2 Descrevendo e interpretando elementos da realidade.....	48
3.3 Proposta de evidenciação contábil para empresas que aderem ao projeto EdC	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICES.....	69
ANEXOS.....	71

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o tema Economia de Comunhão, a problematização, os objetivos, a justificativa da escolha do tema, a metodologia utilizada, as limitações do estudo, bem como a estrutura do trabalho.

1.1 Considerações Iniciais

Em um mundo dominado pelo modo de produção capitalista, os indivíduos e empresas têm o direito moral e legal à propriedade e à acumulação de riquezas.

Entretanto, a sociedade não mais admite a busca do lucro a qualquer preço, e isso contribui para a mudança das estratégias de gerenciamento das empresas. Mudanças essas que dão subsídios morais para a sociedade como um todo, proporcionando uma maior motivação aos funcionários, um meio ambiente, tanto externo quanto interno, mais salutar, clientes satisfeitos com a qualidade dos produtos e aumento da contribuição em impostos para o governo. Tudo isso proporcionando às empresas, indiretamente, maior lucro, a longo prazo.

Neste ambiente, a sociedade está cada vez mais consciente em relação às iniciativas adotadas pelas empresas na questão “responsabilidade social”, cobrando uma postura ética, um compromisso social com as pessoas e com a natureza.

Oliveira (2002, p.5 apud FERREIRA et al, 2004 p. 2) explica que:

O conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais a empresa interage: acionistas, empregados, consumidores, rede de fornecedores, meio-ambiente, governo, mercado, comunidade. A questão da Responsabilidade Social vai, portanto, além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na responsabilidade social das relações e na geração de valor para todos.

Tudo isso faz com que os gestores tomem decisões baseadas em indicadores que abordem as responsabilidades sociais, que acoplem as questões éticas em seus procedimentos

administrativos, contábeis e econômicos, sustentando atitudes e atividades para o bem-estar da comunidade onde estão inseridas, ou seja, com compromisso ético, com respeito a seus colaboradores, com atenção voltada para a sociedade e ao meio ambiente natural, não usando apenas o assistencialismo, mas, sim, uma atitude de coerência para com toda a sociedade.

Voltadas para um compromisso ético e de responsabilidade, ainda que inseridas no sistema capitalista, algumas empresas têm o perfil diferenciado, buscando o compartilhamento do lucro.

Surgem, pois, inicialmente no Brasil, e, posteriormente em outros países, empresas que aderem a um projeto que se denomina Projeto de Economia de Comunhão (EdC), projeto esse que tem origem no Movimento dos Focolares e tem por objetivo a divisão dos lucros, visando uma sociedade mais justa e humanitária, mediante a prática de um trabalho empresarial voltado para os princípios éticos e com respeito ao meio ambiente (natureza).

Para essas empresas que aderem ao projeto EdC e que não visam somente a filantropia, busca-se utilizar a ferramenta Balanço Social, para contemplar de maneira eficiente a responsabilidade social assumida por essas empresas. Este trabalho estará direcionado para a elaboração de um modelo de Balanço Social para as empresas que participam da EdC.

1.2 Tema

Vive-se em meio a uma sociedade cada vez mais dinâmica, mais informada, mais crítica e consciente de seus direitos. A responsabilidade social vem tomando proporções positivas nas empresas, pois a sociedade está cada vez mais exigente com os problemas sociais, fazendo com que as empresas voltem-se ao social, aos direitos dos colaboradores, clientes, fornecedores, governo, investidores e outros.

Um pequeno grupo de empresas, que cresce a cada dia, luta “contra a maré”, fazendo da utopia uma realidade. Realidade esta, que surgiu da inspiração de Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, que se sensibilizou com a realidade de um povo que sofre com as injustiças geradas por uma sociedade capitalista. A inspiração deu vida a um projeto que se denomina Economia de Comunhão (EdC). Projeto esse que divide de forma espontânea os lucros gerados por empresas que aderem ao mesmo.

O tema volta-se para um estudo de caso realizado em uma empresa que adere ao projeto EdC, descrevendo a forma de trabalho da empresa e como ele poderia ser visualizado pela sociedade em uma demonstração contábil, o Balanço Social.

1.3 Problema

Em termos empresariais, não há nada mais fantástico do que uma empresa lucrativa; isso significa, conforme Iasi (1996, p.134) “[...] que o seu patrimônio aumenta constantemente, como resultado do trabalho que realiza, e do serviço que presta ao mercado”.

Todavia, lucratividade não é tudo, a empresa deve exercer uma função social, não só acumular, entesourar, aumentar de tamanho, sendo, em última análise, um fim em si mesma. O lucro é importante, porém não é tudo, os excessos podem provocar uma falta de harmonia na sociedade, contribuindo para a desigualdade social.

Como se sabe, o balanço patrimonial mede o lucro, mas não mede a harmonia social. E, na ânsia de divulgar informações de cunho social, surge uma nova ferramenta, o Balanço Social, capaz de divulgar informações ainda não disponibilizadas aos trabalhadores, fornecedores, acionistas, governo, consumidores, ou seja, os *stakeholders*. O Balanço Social, segundo Iasi (1996, p. 136), “[...] é mais abrangente, uma vez que checa a harmonia tanto

dentro como fora da empresa, isto é, os trabalhadores que a tornam lucrativa, o mercado que a abastece de patrimônio, a sociedade que a viabiliza, e o Estado que a torna legítima”.

Num espírito de responsabilidade social surgem empresas que aderem a um projeto inovador, que abrem mão de parte de seus lucros, que inovam na forma de beneficiar a sociedade mais carente. Barbieri e Luccas (2000) citam o exemplo do banco rural de Bangladesh que, por sensibilidade empresarial e social, empresta dinheiro para pobres, especificamente para aqueles que não têm nenhuma garantia ou fiador. E opera com ótimo “lucro”, no sentido mais amplo possível. Esse é o espírito das empresas de economia de comunhão.

Algumas empresas publicam o Balanço Social por enxergarem nele um instrumento de gestão empresarial e de informações de cunho social. Muitas empresas que aderem ao projeto de Economia de Comunhão – EdC não publicam o Balanço Social. Suas ações, porém, revelam a prática da responsabilidade social em todos os seus aspectos. No propósito de viabilizar a informação das ações sociais praticadas por essas empresas, tem-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como as empresas podem evidenciar a economia de comunhão através das demonstrações contábeis?

1.4 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar de que modo a responsabilidade social das empresas que aderem ao projeto Economia de Comunhão pode ser evidenciada contabilmente.

Para atingir o objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar conceitos e teorias da responsabilidade social, bem como do Balanço Social.
- Definir e conhecer a experiência da economia de comunhão e do Movimento dos Focolares.
- Descrever as ações efetuadas por uma empresa na concretização do projeto Economia de Comunhão.
- Elaborar uma proposta de evidenciação contábil para as empresas que participam da Economia de Comunhão.

1.5 Justificativa

O Brasil é um país com grandes contrastes sociais, no qual muitos têm pouco e poucos têm muito, sobressaindo de maneira assustadora a miséria, geradora de problemas sociais que repercutem em toda a sociedade e se constituem em motivo de instabilidade geral. Esses problemas sociais surgem pela falta de oportunidades, de emprego, renda, educação, etc. Não obstante, surgem alternativas para melhorar a situação dos desafortunados, pois empresas trabalham para contribuir de forma inovadora, trabalhando os mais diversos aspectos da responsabilidade social, sejam eles: meio-ambiente, tributação, as questões sociais, políticas e econômicas, contribuindo de maneira eficaz para a redução das desigualdades sociais.

Diante da experiência inovadora do projeto EdC, fator de real contribuição para a melhoria da sociedade em geral, faz-se necessário abordar a vivência das empresas que aderem ao projeto, quando idealizam seus trabalhos, gerando riquezas que venham contribuir para reduzir as desigualdades sociais existentes num país com proporções territoriais gigantescas. Essa contribuição surgiu no Brasil em 1991 e se espalhou para diversos países da

América Latina, América do Norte, Ásia, Europa, África e Austrália. (FARO; BENITES, 2004).

Por ser a EdC um projeto inovador, que vem ao encontro das necessidades da sociedade, que não vê suas demandas sociais serem supridas totalmente pelo Estado, torna-se relevante a divulgação das atividades praticadas pelas empresas que aderem ao projeto EdC a todos os usuários da informação. A disseminação desse novo modo de produzir e gerenciar pode servir de estímulo para que outras empresas se conscientizem da indispensabilidade da cultura da responsabilidade social, pelo menos em parte.

Por ser a contabilidade responsável pelas informações de cunho econômico, financeiro e social das empresas aos seus diversos usuários, cabe a ela evidenciar a responsabilidade social praticada pelas empresas, pois, segundo Iudícibus (2002, p. 53):

O objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade.

Sendo assim, a contabilidade deve dispor de ferramentas capazes de retratar de maneira clara e objetiva as informações que advêm da entidade, seja um projeto abrangente como o da economia de comunhão, ou outros tantos que advêm de uma responsabilidade social consciente, praticada por tantas empresas que se mobilizam por uma sociedade mais justa.

1.6 Metodologia

A ciência modifica o cotidiano das pessoas. Está presente a todo instante e faz de tudo um objeto de pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (1986, p.23), ciência é “[...] uma

sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar”.

No decorrer da evolução da ciência, o conhecimento científico também evoluiu. Lakatos e Marconi (1986, p. 18), dizem que o conhecimento científico “Visa explicar “por quê” e “como” os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão relacionados, numa visão mais globalizante do que a relacionada com um simples fato.”

Dentro desse contexto é necessário destacar que, para se fazer ciência, é necessária a pesquisa; é através dela que o conhecimento sobre determinado assunto torna-se amplo o suficiente para tentar atingir um objetivo já determinado.

Segundo Gil (1988, p. 19), pesquisa é “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

Ainda, para Lakatos e Marconi (1986, p. 44), pesquisa é

[...] procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

É através do trabalho científico, da pesquisa que se começa a formação do conhecimento. Descreve Salomon (1978, p. 136) que o “[...] trabalho científico passa a designar a concreção da atividade científica, ou seja, a investigação e o tratamento por escrito de questões abordadas metodologicamente”.

Como exemplo de trabalho científico, utilizado pelas universidades, tem-se a monografia que, para Lakatos e Marconi (1986, p. 150), consiste em “[...] um estudo sobre um tema específico ou particular, com suficiente valor representativo e que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina”.

Ainda pode-se mencionar Salomon (1978, p. 219) que define monografia como sendo o “[...] tratamento escrito de um tema específico que resulte de investigação com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência”.

Nesta monografia, o tipo de pesquisa a ser utilizada é a qualitativa com abordagem descritiva. Para Richardson (1999, p.80 apud BEUREN, 2003, p.91), “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. E quanto à pesquisa descritiva, Andrade (2002, apud BEUREN, 2003, p.81) destaca que esta preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles.

O método a ser utilizado é o estudo de caso, no qual se abordará um caso específico, permitindo trabalhar o problema com maior profundidade e ampliar o conhecimento a respeito do mesmo.

Esse estudo de caso se dará em uma empresa que participa do projeto. A coleta de dados será realizada por meio da análise de documentos e entrevista não estruturada ou informal.

1.7 Limitações do estudo e estrutura do trabalho

O projeto Economia de Comunhão é uma iniciativa profunda de responsabilidade social, sendo caracterizado por uma nova proposta de “agir econômico”, no qual empreendedores celebram a boa gestão e o lucro desde que tenham também uma finalidade humanística (MOREIRA, 2004).

O estudo deu-se na empresa Metalsul Ltda., situada em Joinville, Santa Catarina, aderente ao projeto de economia de comunhão. A escolha dessa empresa se justifica pela sua localização e por ser uma das poucas empresas de Santa Catarina que adere ao projeto.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. Apresenta-se, no início, o foco central do estudo e a caracterização da monografia, como a definição do problema, dos objetivos, a justificativa para a escolha do tema, a limitação do estudo e a estrutura do trabalho. Consta, ainda, no primeiro capítulo, a proposta do método de pesquisa qualitativa/descritiva que se adota para o desenvolvimento da pesquisa.

No capítulo seguinte, faz-se um estudo do que vem a ser responsabilidade social e balanço social, seu surgimento, a legislação e modelo de balanço social vigente no Brasil. Na seqüência, ainda nesse capítulo, aborda-se o tema Economia de Comunhão, um projeto nascido no âmbito do Movimento dos Focolares, que surgiu inicialmente no Brasil e espalhou-se para diversos países da América Latina, América do Norte, Ásia, Europa, África e Austrália.

O terceiro capítulo se ocupa em descrever, analisar e interpretar o fenômeno da economia de comunhão na perspectiva da responsabilidade social. Para tanto, utiliza-se estudo de caso em uma empresa que adere ao projeto EdC.

As recomendações e conclusões finais provindas da análise da realidade constituem o quarto capítulo. Finalizando o estudo, visualiza-se a bibliografia, apêndices e anexos utilizados para a elaboração da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são abordadas definições de responsabilidade social, Balanço Social, as legislações pertinentes, os modelos de Balanço Social, a origem do Projeto Economia de Comunhão (EdC) e o Movimento dos Focolares. Apresenta-se, também, dados estatísticos da Economia de Comunhão no mundo e no Brasil.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

Atualmente, a sociedade está cada vez mais consciente em relação ao meio ambiente e ao bem-estar pessoal, fato que determina que as empresas incorporem novos valores e novas idéias na gestão dos seus negócios, tais como: qualidade de vida aos funcionários, preservação do meio ambiente, proteção do consumidor, segurança no trabalho, entre outras. Essas mudanças que ocorreram e que ocorrem na gestão das empresas geram, indubitavelmente, discussões em relação ao papel social da empresa, o qual muitos autores definem como responsabilidade social.

Segundo Milano et al (2002, p.10), “Por responsabilidade social empresarial entende-se a conduta ética e responsável adotada pelas empresas na plenitude das suas redes de relações”. Complementa, ainda, que essas relações incluem o universo de consumidores, fornecedores, funcionários, acionistas, comunidade em que se inserem ou na qual exercem algum tipo de influência, além do governo e do meio ambiente.

De acordo com Donaire (1999 apud WISSMANN, 2002, p.35), “Responsabilidade social é fundamentalmente um conceito ético que envolve mudanças nas condições de bem-estar e está ligada às dimensões sociais das atividades produtivas e suas ligações com a

qualidade de vida na sociedade”. Consubstancia-se, portanto, na relação entre a empresa e seu ambiente de negócios.

Para o Instituto Ethos, o conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador das relações da empresa. A questão da Responsabilidade Social vai além da postura legal de gestão empresarial, com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.

Já, para Guimarães (1984, pg. 215), “O conceito de Responsabilidade Social da empresa se vincula à idéia de que as empresas, como os indivíduos, devem ser responsabilizadas por todas as conseqüências decorrentes de atitudes tomadas”. Acrescenta o autor que a empresa, antes de adotar qualquer política, deveria proceder a uma análise profunda de todos os elementos envolvidos.

Verifica-se uma concordância de conceitos que envolvem a ética e todas as relações internas e externas da empresa em seu ambiente, focalizando as decisões tomadas pela mesma.

Os conceitos citados sobre responsabilidade social, em sua maioria, abordam sobre ética. Segundo Nash (1993, p.6 apud LISBOA, 1997 p. 25),

[...] ética nos negócios é o estudo da forma pela qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema.

Tinoco (2001) destaca que a entidade empresa forma-se por uma coalizão de interesses de diferentes grupos sociais, conforme a figura 1.

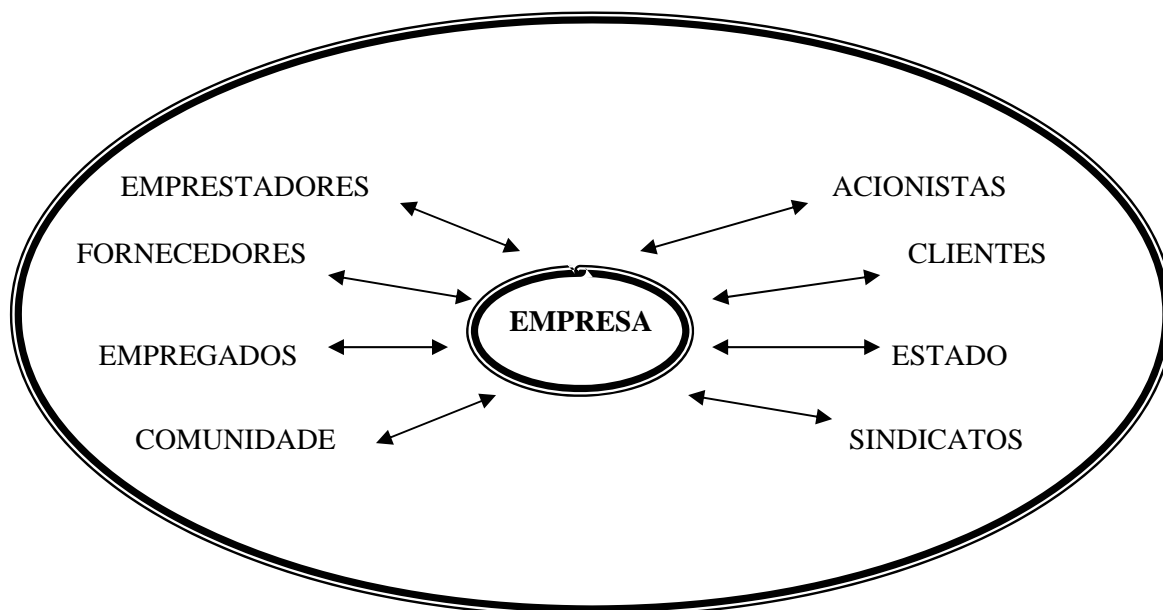


Figura 1 –A mensuração social na empresa

Fonte: adaptado de Tinoco (2001, p. 24).

Verifica-se que a empresa interage com diferentes grupos sociais. Cada grupo possui seus interesses e cabe à empresa consolidá-los juntamente com os seus. Segundo Tinoco (2001), a empresa não tem uma vocação filantrópica e seus dirigentes não são escolhidos pelos acionistas para se interrogarem sobre a felicidade dos assalariados. A empresa, porém, trabalha numa linha social, ao mesmo tempo que visa buscar uma maior rentabilidade, o que acontece em consequência da motivação de seus colaboradores, pois basta aumentar a satisfação para melhorar a produtividade. E esta satisfação se dá, também, por melhores condições de moradia, higiene, segurança no trabalho, proteção ambiental, melhores salários, etc.

Para Luca (1998), a empresa, além da função econômica, possui uma função social, ou seja, a empresa fornece produtos e serviços, visando o lucro; em contrapartida, ela deve proporcionar o bem-estar social, pois a sociedade na qual a organização está inserida exige uma postura social de sua parte.

Davis (1975 apud WISSMANN, 2002, p. 23), apoiado nas funções das empresas, destaca cinco posições em relação às quais haveria um consenso maior:

- a responsabilidade social emerge do poder social. Como as decisões empresariais têm conseqüências sociais, estando relacionadas com o sistema social global, elas não podem ser tomadas com base unicamente em fatores econômicos. A tomada de decisão deve obrigatoriamente se guiar por ações que também considerem os interesses da sociedade.

- as empresas devem ser abertas em duas direções: para receber os *inputs* da sociedade e para revelar seus resultados ao público. Tradicionalmente, a empresa tem-se aparelhado para enviar mensagens, não para recebê-las. É necessário procurar entender as necessidades e desejos sociais e não apenas detectar informações de mercado sobre aspectos relacionados meramente aos tradicionais objetivos econômicos. Os resultados sociais das operações das empresas devem também ser divulgados, da mesma maneira que os dados econômicos. A proposta operacional é a elaboração de um Balanço Social dentro dos moldes do balanço contábil;

- os custos sociais, tanto quanto os benefícios de uma atividade, produto ou serviço, devem ser exaustivamente considerados. Se antigamente a viabilidade técnica e a lucratividade econômica eram os únicos critérios adotados na tomada de decisão, hoje é necessário que se inclua nessa ponderação o efeito social do projeto. Quando seu efeito tiver um impacto muito forte, as partes possivelmente afetadas devem ser agregadas à tomada de decisão;

-os custos sociais de cada atividade, produto ou serviço, devem ser incorporados a ele, de modo que caiba ao usuário pagar por ele. A sociedade não deve arcar com esses custos. O consumidor deve pagar, por exemplo, pelos custos da prevenção da poluição. Essa filosofia de que o usuário deve pagar não é, contudo, uma regra rígida. Existirão várias exceções, como, por exemplo: quando os custos são tão mínimos que podem ser ignorados, quando os custos são desconhecidos ou quando sua avaliação é impossível. Se os custos adicionais advindos dessa prática desencorajarem o consumo, o resultado será ainda benéfico, porque custos sociais serão evitados;

- embora as instituições empresariais não tenham uma responsabilidade primária na solução de determinados problemas sociais, devem, na medida do possível, prestar assistência à sua solução. A empresa tem obrigação de reconhecer os problemas sociais e contribuir ativamente para saná-los. Como qualquer cidadão, ela se beneficiará de uma sociedade melhor.

Verifica-se, assim, que as funções econômicas e sociais devem estar interligadas, pois a empresa, no desempenho de sua função – produção de bens ou serviços - utiliza-se de um grande volume de recursos advindos da sociedade e, em contrapartida, espera-se que ela utilize esses recursos em favor dessa sociedade.

2.1.1 Balanço Social

A origem da responsabilidade social no Brasil deu-se em meados da década de 60. Descreve Torres (2001, p.15) que “[...] a ‘Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas’, publicada em 1965, é um marco histórico incontestável do início da utilização explícita da expressão *responsabilidade social* diretamente associada às empresas e da própria relevância do tema relacionado à ação social das empresas no país”. Gonçalves, citado por Torres, acrescenta que a referida Carta de Princípios salienta:

[...] a consciência de que ‘as crises e tensões do mundo contemporâneo devem-se a que as instituições econômico-sociais vigentes se afastaram dos princípios cristãos e das exigências da justiça social e que os antagonistas de classe, os aberrantes desníveis econômicos, o enorme atraso de certas áreas do país decorrem, em parte, de não ter o setor empresarial tomado consciência plena de suas responsabilidades sociais.

Porém, a ditadura militar após 1964 restringiu as discussões sobre a responsabilidade social, não sendo propensa às idéias de transformações e mudanças da mentalidade da sociedade em relação ao tema social. Entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, segundo Torres (2001, p. 17), “[...] o próprio papel das empresas e a postura dos empresários diante do mercado e da sociedade entrou em amplo processo de redefinição e reestruturação”.

O primeiro relatório que aborda questões sociais é a RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, criada por meio do Decreto-lei nº 76.900/75, obrigatório para todas as empresas que atuam no Brasil. A RAIS é um relatório que fornece informações sociais relacionadas aos trabalhadores nas empresas.

Argumenta Torres (2001) que somente em 1984 foi publicado, de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira, a Nitrofértil, uma empresa estatal, com sede no estado da Bahia. Segundo ele, esse documento tentava dar publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa, recebendo o nome de Balanço Social da Nitrofértil.

A partir dos anos 90, diversas empresas de variados setores realizaram efetivas ações sociais e ambientais, divulgando de maneira mais ostensiva um perfil mais humano e social dessas corporações. Segundo Torres (2001, p. 23), os anos 90 aparecem “[...] como palco da disputa por novos modelos de desenvolvimento, retirada do Estado de setores tradicionais de atuação, reafirmação dos valores liberais e de mercado, novas práticas corporativas e uma nascente e crescente renovação do pensamento empresarial”.

O Balanço Social é foco de diversos estudos, dentre os quais destacamos alguns conceitos. Sucupira (2001, p. 124) escreve que “Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida”. Anota, também, que o Balanço Social “[...] é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos”.

Segundo Freire e Rebouças (2001, p. 69):

O balanço social pode ser considerado como um demonstrativo técnico-gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parques, praças, meio ambiente etc.).

Para Luca, (1991, p. 18):

O Balanço Social surgiu para atender as necessidades de informação dos usuários da contabilidade no campo social. É um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa também no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade.

Conforme Tinoco (2001, p.30),

O Balanço Social é uma necessidade de gestão e resposta a uma demanda de informações e tem um duplo objetivo: 1. No plano legal, fornece um quadro de indicadores a um grupo social, que após ter sido apenas um simples fator de produção, encontra-se promovido como parceiro dos dirigentes da empresa. 2. No plano de funcionamento da empresa, serve de instrumento de pilotagem no mesmo título que os relatórios financeiros. Os trabalhadores encontram-se assim associados à elaboração e à execução de uma política que os liga ao principal dirigente.

Observa-se que os diferentes autores vêem o Balanço Social como um instrumento que evidencia as ações das empresas no campo social, permitindo uma avaliação sobre a conduta da empresa pelos diversos usuários da informação.

Torres (2003, p.1) afirma que “A função principal do balanço social da empresa é tornar pública a responsabilidade social da empresa”. Nesta perspectiva, o IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas está fornecendo às empresas que publicam seu balanço social anualmente o “Selo Balanço Social”.

2.1.2 A Legislação sobre o Balanço Social no Brasil

Com a crescente conscientização e exigência da sociedade quanto à responsabilidade social, muitos são os projetos que buscam a regulamentação de um demonstrativo social, tanto na esfera federal, quanto nas órbitas estadual e municipal.

Com base em dados extraídos do *site* do IBASE (2003), relatam-se os projetos que tramitam nas esferas dos governos na tentativa de regulamentação do Balanço Social.

2.1.2.1 Projetos de Lei – Esfera Federal

a) Projeto de Lei (PL) 3.116/97:

Marta Suplicy e outras duas deputadas (Maria da Conceição Tavares – PT/RJ e Sandra Starling – PT/MG, que terminaram seus mandatos em 31 de janeiro de 1998) apresentaram o Projeto de Lei (PL) 3.116/97, que criava e tornava obrigatório o balanço social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com 100 ou mais empregados. Este PL chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados em 19.06.1997 e foi arquivado em 01/02/98. O relator foi o deputado Jair Meneghelli (PT-SP). Este PL foi arquivado de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da Comissão do Trabalho, o projeto do balanço social teria que passar ainda pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura, sejam automaticamente arquivados quando se inicia a próxima.

A justificativa apresentada no PL 3.116/97 é no sentido de que elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social, segundo o projeto, estimularia o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais e outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudaria na identificação de políticas de recursos humanos e serviria como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa no campo das políticas sociais. Além disso, contribuiria fundamentalmente como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania;

b) Projeto de Lei (PL) n° 0032 de 1999:

Tramita, atualmente, na Câmara dos Deputados o PL 032/99, de autoria do deputado Paulo Rocha – PT/PA. Foi apresentado no dia 03/02/99. Este PL é a reapresentação do PL da deputada Marta Suplicy. Atualmente, o projeto está na Comissão de Finanças, pois já foi aprovado pela Comissão do Trabalho em 17/11/1999. Posteriormente, se aprovado, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça.

O Projeto de Lei 32/99 propõe tornar obrigatória a elaboração de um Balanço Social pelas empresas privadas que tiverem cem ou mais empregados no ano anterior à divulgação do balanço. O modelo desse balanço ainda não é consenso, tornando-se incertas as chances de aprovação.

2.1.2.2 Projetos-de-lei – Esfera Estadual

a) Amazonas: Lei n° 2.843, de 31/10/2003, que cria o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Amazonas e dá outras providências;

b) Santa Catarina – Lei n° 12.918, de 23/01/2004, de autoria do deputado estadual João Paulo Kleinubing (PFL), que institui o certificado de Responsabilidade Social de Santa Catarina para empresas estabelecidas em território catarinense. Pela lei, anualmente, a Assembléia Legislativa concederá um certificado a todas as empresas e demais entidades que publicarem o Balanço Social do exercício imediatamente anterior. Dentre as participantes, as três que apresentarem os projetos mais destacados receberão o Troféu Responsabilidade Social Destaque de Santa Catarina.

c) Rio Grande do Sul: Lei n° 11.440 de 18/01/2000 – Projeto de Lei sobre Responsabilidade Social, de autoria do deputado estadual Cezar Buzatto (PPS), cujo texto contou com a contribuição do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, foi transformado

na Lei nº 11.440. Esta institui o Balanço Social para empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, o qual será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado perante o CRC-RS ao exercício profissional.

2.1.2.3 Leis e Projetos – Esfera Municipal

a) Município de São Paulo/SP: A resolução nº 005/98 “Cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu balanço social e dá outras providências”. A autoria é da vereadora Aldaíza Sposati (PT). Esta Resolução está em vigor e já premiou diversas empresas na Cidade de São Paulo.

b) Município de Santo André/SP: O projeto de Lei nº 004/97 tornou-se a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, de autoria do vereador Carlinhos Augusto (PT), “Cria o Selo Empresa-Cidadã às empresas que instituïrem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências”.

c) Município de Porto Alegre/RS: A Lei n.º 8.118/98, de autoria do vereador Hélio Corbelini, do PSB, “Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências”. Esta lei foi sancionada em 05/01/98 e publicada em 09/01/98 no Diário Oficial.

d) Município de João Pessoa/PB: O Projeto de Resolução nº 004/98 do vereador Júlio Rafael (PT), “Institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências”.

e) Município de Uberlândia/MG: A Câmara Municipal de Uberlândia instituiu, em novembro de 1999, o “Selo Empresa-Cidadã”. A proposta foi da vereadora Fátima Paiva – PHS. Decreto Legislativo nº 118 de 11/11/99 institui título de desempenho comunitário empresarial e dá outras providências e revoga o decreto legislativo nº 063, de 08/05/98. O Decreto instituiu o

título de “Desempenho Comunitário e Empresarial” aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que atuam no Município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, e se destacarem na promoção e execução de projetos e programas, cuja finalidade seja promover ações sociais nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura e participação comunitária.

2.1.3 Modelo de Balanço Social no Brasil

Embora os temas Responsabilidade Social e Balanço Social venham sendo discutidos no Brasil ao longo do tempo, não existe um modelo ou uma padronização única na elaboração desse demonstrativo. Como citado anteriormente, o primeiro documento formal que tem ares de balanço social é a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais.

Outro demonstrativo que se apresenta como uma forma de Balanço Social é a DVA – Demonstração do Valor Adicionado ou Valor Agregado. Esse demonstrativo retrata a capacidade da empresa de agregar valor aos bens e serviços adquiridos de terceiros e de como ele é distribuído entre os diferentes grupos sociais que com ela interagem.

De acordo com Freire e Rebouças (2001, p.105), “A DVA tem a finalidade de proporcionar uma identificação da riqueza gerada exclusivamente por ela mesma, demonstrando a riqueza recebida por transferência, e apresentando um mapeamento de como essas riquezas são distribuídas de forma que se possam identificar seus principais beneficiários [...]”. A tabela 1 retrata o modelo da DVA, modelo esse que amplia a capacidade de se analisar o desempenho econômico e social das organizações.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
EMPRESA:	Em milhares de reais
DESCRIÇÃO	Pela legislação societária em moeda constante
1 – RECEITAS	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2 Provisão para devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	
1.3 Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)	
2.1 Matérias-primas consumidas	
2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4 Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	
6.2 Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1 Pessoal e encargos	
8.2 Impostos, taxas e contribuições	
8.3 Juros e aluguéis	
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício	

Tabela 1 – Modelo de demonstração do valor adicionado

Fonte: Santos Freire e Malo (1998 apud FREIRE E REBOUÇAS, 2001, p.106).

O IBASE – Instituto brasileiro de Análises Sociais e Econômicas propõe um modelo de Balanço Social (Anexo 1), único e simples, para estimular as empresas a divulgarem suas ações sociais. Segundo o IBASE, “Se a forma de apresentação das informações não seguir um padrão mínimo, torna-se difícil uma avaliação adequada da função social da empresa ao longo dos anos”. A divulgação de um único modelo serve de comparativo entre empresas do mesmo setor.

Diversas são as empresas que publicam o Balanço Social, não seguindo um modelo específico, embora muitas utilizem o modelo sugerido pelo IBASE, dentre elas: Usiminas, Petrobrás, Banco do Brasil, Votorantin, Sadia, Banco Itaú, etc.

A seguir, aborda-se o projeto Economia de Comunhão – EdC, que se enquadra perfeitamente no tema responsabilidade social, em virtude de ser um projeto que se preocupa com o ser humano e com as diferenças sociais.

2.2 O PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO - EdC

A Economia de Comunhão é um projeto nascido no interior do Movimento dos Focolares. Segundo Araújo (1998, p.11), “A *economia de comunhão* consiste em direcionar a firma ou empresa a constituir-se como comunidade de pessoas altamente responsáveis e motivadas – voltada à produção de bens e serviços – e a usar os lucros em vista de uma sociedade solidária aos excluídos, aos marginalizados, em uma palavra, aos necessitados”. A autora salienta que se entende serem necessárias pessoas profundamente convictas, e que parte desses lucros é usada para formar “homens novos”, além de, naturalmente, incrementar o crescimento da própria empresa.

Contudo, alerta Araújo (1998), não se trata apenas de colocar em comum moeda corrente para atingir os fins já mencionados, mas de criar empregos, investir os lucros das empresas em projetos de expansão, fornecer equipamentos ou serviços, colocar em comum a experiência adquirida, a capacidade gerencial e, inclusive, patentes. Quartana (1992) aborda que no movimento se entende que a partilha não é apenas de bens materiais, mas também de propósitos, de tempo, de capacidades.

Trata-se, portanto, de uma reviravolta que coloca os talentos, a capacidade empresarial e o profissionalismo a serviço do bem comum, sempre dentro de absoluto respeito

à liberdade. Salienta, ainda, Quartana (1992) que o projeto só se realizará à medida que amadurecer este espírito de partilha na livre consciência de cada um. Mas, como surgiu a economia de comunhão?

Relata Serafim (2001) que ao visitar a cidade de São Paulo, em 1991, Chiara Lubich¹ percebeu o contraste entre dois mundos bem distintos: uma periferia pobre e quase sem dignidade e um centro altamente desenvolvido e comparável aos mais industrializados países. Notou que o cenário socioeconômico não mudara muito em relação aos anos 60. Na verdade, se agravara. Diante desses mundos tão antagônicos e de uma realidade que se negava a melhorar, ela escreve:

Em 1900 São Paulo era uma cidade pequena. Agora é uma floresta de arranha-céus. É grande o poder do capital nas mãos de alguns e tamanha é a exploração dos outros. E pergunto: mas por que este poderio todo não se orienta para a solução dos imensos problemas do Brasil? Porque falta o amor ao irmão; o que domina é o interesse, o egoísmo[...]" (Diário, 15.5.1991).

Neste contexto, os fatores que impulsionaram Chiara a lançar o projeto, que de início teve o nome de Projeto Brasil, foram: *a prática contínua da comunhão dos bens no Movimento*, a exemplo das primeiras comunidades cristãs; a existência das “*Mariápolis permanentes*”, verdadeiros laboratórios nos quais experimenta-se o que seria uma sociedade regida pelos princípios evangélicos, e a *Encíclica Centesimus Annus*, na qual o Papa convida à solidariedade também num sistema econômico com dimensão planetária. (www.focolares.org.br).

Da inspiração de Chiara amadureceu o propósito de realizar em amplitude o que ela e as pessoas que participam do Movimento dos Focolares já realizavam, uma comunhão de bens, agora voltada para o sistema econômico. Lubich (2002 p.14) diz que: “Trata-se da criação ou da reestruturação de empresas, pequenas ou grandes, entendidas como comunidade

¹ CHIARA LUBICH, fundadora e atual presidente do Movimento dos Focolares, nasceu em Trento, Itália, em 22 de janeiro de 1920. Em 1943, junto com algumas companheiras, iniciou uma experiência espiritual e social que originou o Movimento dos Focolares.

de pessoas, cujos proprietários livremente distribuem os lucros de acordo com o novo critério”.

E assim, surge a Economia de Comunhão, um projeto que foi acolhido com entusiasmo não apenas no Brasil e na América Latina, mas também na Europa e em outras partes do mundo. Nasceram muitas empresas, e outras já existentes aderiram ao projeto, modificando o próprio estilo de gestão empresarial.

Em 1999, o projeto contava com seiscentas e cinquenta e quatro empresas e noventa e uma atividades produtivas de menor porte. E englobava empresas que atuavam nos diversos setores da economia em mais de trinta países, (LUBICH, 2002).

Lubich (2002, p.17) salienta que:

Se é verdade que não é raro a economia contribuir para criar barreiras entre as classes sociais e entre pessoas de interesses diversos, estas empresas ao contrário, se empenham em:

- destinar parte dos lucros para atender diretamente às necessidades mais urgente de pessoas que estão em dificuldades econômicas;
- promover no próprio interior e nos contatos com consumidores, fornecedores, concorrentes, comunidade local e internacional, administração pública... relações de abertura e confiança recíprocas, tendo sempre em vista o interesse geral;
- viver e difundir a “cultura do dar”, da paz e da legalidade, do cuidado com o meio ambiente (é preciso ser solidários também com a Criação) dentro e fora da empresa.

A autora cita algumas características da Economia de Comunhão, as quais são significativas para as pessoas que aderem ao Movimento:

- Os sujeitos das empresas da Economia de Comunhão procuram seguir, nas formas exigidas pelo contexto de uma organização voltada para a produção, o mesmo estilo de comportamento que vivem em todos os outros âmbitos da vida.
- A Economia de Comunhão propõe comportamentos inspirados na gratuidade, na solidariedade e na atenção aos últimos não somente em atividades sem fins lucrativos, mas, principalmente, em empresas nas quais é conatural a busca do

lucro, um lucro que é, em seguida, posto em comum, numa perspectiva de comunhão.

- As empresas da Economia de Comunhão, além de se apoiarem num profundo entendimento entre os promotores de cada uma delas, sentem-se parte de uma realidade mais vasta, na qual já se vive uma experiência de comunhão. Elas se desenvolvem em pequenos (pelo menos por ora) “pólos industriais” nas proximidades das Mariápolis² do Movimento.
- Aqueles que se encontram em dificuldade econômica, destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados “assistidos” nem “beneficiários” da empresa. São membros essenciais ativos do projeto, dentro do qual dão aos outros as próprias necessidades. Vivem, também eles, a “cultura do dar”. De fato, muitos deles renunciam à ajuda que recebem, tão logo recuperam um mínimo de independência econômica. E outros partilham o pouco que têm com aqueles ainda mais necessitados.
- Na Economia de Comunhão, a ênfase, na verdade, não é dada à filantropia por parte de alguns, mas, antes, à partilha, na qual cada um dá e recebe com igual dignidade.

Escreve Sorgi (1998, p. 60) sobre a Economia de Comunhão:

Trata-se de um *modelo diferente* do capitalismo e do comunismo; um *modelo* que, sem dúvida, se fundamenta na Doutrina Social da igreja, mas que destaca especialmente o aspecto da *participação* e da *solidariedade*, estimulando um posterior desenvolvimento da doutrina em sentido mais profundamente *comunitário*.

² São pequenas cidades-testemunho que existem dentro do Movimento dos Focolares, com casas, escolas, empresa, etc. O que se procura nestas cidadezinhas é viver mais intensamente os valores da unidade e da partilha, que são propostos pelo movimento. São 20 cidadezinhas nos cinco continentes, cada uma com característica próprias. A primeira e maior delas, de cunho internacional, é Loppiano, nas imediações de Florença (Itália), com 750 habitantes de mais de 50 países. No Brasil a maior e mais antiga é a Mariápolis Ginetta, com 400 habitantes, no município de Vargem Grande Paulista, próximo a São Paulo. Há uma outra em Igarassu, próximo a Recife, e uma em Benevides, nos arredores de Belém do Pará. No Brasil e na Argentina, com seus respectivos “pólos industriais” nascentes, elas são o suporte para o desenvolvimento da economia de comunhão.

Assim, o projeto EdC tem como premissa a divisão dos lucros em três partes:

- uma para o reinvestimento na própria empresa;
- uma para ir ao encontro dos necessitados;
- uma para a formação de “homens novos”, pessoas com uma mentalidade aberta à cultura da partilha.

Argumenta Ferruci (1999, p.35): “O projeto da Economia de Comunhão é muito maior do que um fato econômico. É um novo modo de se relacionar com as pessoas: é o amor recíproco que passa do espírito para o concreto.”

Ferruci (1999, p. 84) coloca que, da proposta de Chiara Lubich para uma economia de comunhão, nasce o convite para a criação de sociedades empresariais, regidas ou não por cotas de ações que, como estruturas produtivas, dêem suporte aos primeiros experimentos da economia de comunhão. As sociedades empresariais, embora respeitando as regras definidas pelas respectivas legislações, deveriam observar também alguns aspectos específicos, que o autor enumera, a seguir:

1. nelas deveria predominar um amplo quadro de acionistas, constituído por um grande número de pequenas cotas de ações, embora não se exclua a presença de alguns com cotas mais significativas;

2. a administração e gerenciamento do empreendimento deveria ser entregue a pessoas profissionalmente competentes e especialmente motivadas pelo novo tipo de economia de comunhão, capazes de conquistar a confiança não só dos proprietários da maioria das ações, mas, possivelmente, da totalidade dos acionistas;

3. o comportamento empresarial, sob o aspecto da correção administrativa e fiscal, da política salarial, da segurança e da salubridade do local de trabalho e do impacto sobre o meio ambiente deveria ser de absoluto respeito à legislação vigente;

4. o relacionamento entre trabalhadores, entre direção e trabalhadores, entre empresa e clientes, entre empresa e empresas concorrentes, empresa e administração pública, deveria ser sempre coerente com os princípios da economia de comunhão, respeitando-se a competência e a sensibilidade de cada um;

5. a gestão econômica respeitaria as regras da eficiência e da produtividade; a empresa deveria, pois, colocar-se em condições de caminhar por si própria, embora permanecendo sempre aberta à intervenção da Providência, como consequência natural do novo modo de atuação econômica sobre o qual se baseia;

6. aspecto característico da empresa, para poder afirmar sua adesão à “economia de comunhão”, seria a decisão de todos ou, pelo menos, da maioria dos acionistas, de empregar os lucros indispensáveis à consolidação da empresa na ajuda aos “últimos” e na formação das novas gerações nesta “cultura do dar”; formação que seria realizada de várias formas, entre as quais certamente aquela através das “cidadezinhas-modelo”, que seriam consideradas cada vez mais como o coração dessa nova economia;

7. uma forma preciosa e prioritária de a empresa ajudar os “últimos” seria a criação, para eles, de uma atividade produtiva. Uma maneira eficiente de empregar os lucros em favor deles poderia, portanto, resultar na criação de atividades produtivas com uso intensivo de mão-de-obra, que, de outra forma, seriam descartadas em razão de sua rentabilidade econômica limitada, embora segura;

8. considerando que, com o tempo, algum sócio, por vontade ou por necessidade, queira receber todos os lucros que lhe cabem, ou reaver o capital investido, ou que os herdeiros possam ter idéias diferentes das dos pais, e para respeitar também uma das características essenciais da economia de comunhão, que é a liberdade dos que nela “investem” seus recursos, eles deveriam, com o tempo, poder dispor dos seus bens; portanto, as cotas da sociedade devem manter um valor de mercado, o que seria impossível se a decisão

de distribuir os lucros não tivesse um prazo definido; conseqüentemente, esta decisão deverá ser renovada a cada ano por todos os sócios, a quem a sociedade deverá assegurar a liberdade “efetiva” de receber sua parte nos lucros, caso a decisão tenha sido nesse sentido; do contrário, criar-se-ia um pequeno sistema econômico próprio, separado da economia de mercado, o que dificultaria a difusão da economia de comunhão.

O documento que rege a Economia de Comunhão foi elaborado após conclusão do encontro em 1999 do Bureau Internacional de Economia e Trabalho, por pessoa envolvidas com a EdC, conforme anexo B.

2.2.1 Movimento dos Focolares.

O Movimento dos Focolares, fundado por Chiara Lubich, nasceu na década de 40, no Norte da Itália, mais especificamente na cidade de Trento. Tinha como objetivo a busca de uma maior unidade entre as pessoas e a solução dos problemas que afligem a humanidade. Este movimento tinha e tem como um dos pressupostos a vida comunitária fraterna e a partilha dos bens, ou a comunhão de bens, como é colocado no próprio movimento, (SERAFIM, 2001).

Esta característica do movimento, de vida comunitária, unidade e comunhão de bens, surgiu logo no início da experiência de Chiara Lubich com algumas de suas companheiras. Por causa da II Guerra Mundial, Trento ficou em ruínas e, num pequeno apartamento, Chiara e suas companheiras recolheram víveres e medicamentos para serem distribuídos. Eram experiências pequenas, mas de grande valor humano, pois alimentaram os famintos, arrumaram roupas para os que não tinham o que vestir, remédios aos doentes e mutilados, (ARAÚJO, 1998).

Assim, a comunhão de bens nasceu, desde o início, como expressão típica da vida de unidade das pessoas, que ofereciam à comunhão seus bens, globalmente e em absoluta liberdade.

O objetivo da primeira comunidade do movimento era resolver os problemas sociais de Trento. Mas, com o passar do tempo, se percebeu a necessidade de expandir esta experiência para o campo da economia. A partir desta necessidade é que nasce, então, a economia de comunhão que, como se vê, teve inspiração na própria vida que procuravam ter as pessoas do movimento, ou seja, a vida fraterna e partilha dos bens.

Hoje, o movimento está presente em 182 países, contando com cerca de 120 mil membros, 3,2 milhão de aderentes – pessoas que compartilham de sua espiritualidade – e simpatizantes. É um movimento de caráter religioso e ecumênico, por buscar a unidade entre os cristãos, o diálogo com fiéis de outras religiões e com pessoas de convicções não religiosas. (www.focolares.org.br).

2.2.2 O Pólo Spartaco

O Pólo Empresarial Spartaco foi implantado em 1993, numa área de 37.466m², localizada no município de Cotia, no Estado de São Paulo, com a finalidade de demonstrar a viabilidade e a atualidade do Projeto Economia de Comunhão, e hoje conta com sete empresas: La Túnica (confeccções), Rotogine (manufaturados de plástico), Eco-Ar (produtos de limpeza), Prodiet (distribuidora de produtos farmacêuticos), Uniben (fomento mercantil), AVN (embalagens plásticas) e a Espri S/A (Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais), (FARO; BENITES, 2004)

Esse Pólo oferece cerca de sessenta postos de trabalho e tem capacidade de abrigar mais seis empresas. Por ser o primeiro pólo vinculado à Econômica de Comunhão, ele se

constitui em um ponto de referência mundial para aquele Projeto, tornando-se uma espécie de experiência piloto.

É importante destacar que a infra-estrutura e os galpões onde as empresas estão instaladas são de propriedade da Espri – Empreendimentos, Serviços e Projetos Industriais – que os aluga para as empresas. Segundo Faria (1999, p. 126), essa medida tem por base prevenir problemas societários, inclusive no que tange à gestão de patrimônio proveniente de heranças. A Espri é uma sociedade anônima por ações, nascida no contexto do Projeto, com o fim específico de implantar e desenvolver o Pólo Empresarial Spartaco, “ou seja, um espaço econômico e produtivo destinado à implantação de pequenas e médias empresas inspiradas no Projeto Economia de Comunhão,” (FARIA, 1999, p.126)

A Espri conta com três mil e seiscientos acionistas. Seus recursos operacionais são provenientes da subscrição de ações ordinárias e preferenciais. A Espri é dirigida por um conselho de Administração formado por 19 membros representantes das várias regiões do Brasil e por uma Diretoria Executiva composta de quatro membros, que se reúnem anualmente, visando à prestação de contas e a discussão de estratégias que busquem o avanço da Economia de Comunhão, (FARO; BENITES, 2004)

Segundo Faria (1999), o projeto do Pólo prevê um total de dez galpões, dos quais seis já foram construídos e são ocupados pelas empresas. Com os recursos obtidos das subscrições serão edificadas os quatro galpões restantes, a área social e a área comercial.

2.2.3 Dados estatísticos da Economia de Comunhão no mundo

A seguir, apresentam-se, através da tabela 2, dados que relatam a quantidade de empresas coligadas ao projeto de economia de comunhão espalhados pelo mundo. Nota-se que não se trata de uma utopia, e sim de um projeto viável, que acontece nos cinco continentes.

CONTINENTE	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
EUROPA	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481	486
ÁSIA	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40	47
AFRICA		1	2	6	14	11	15	11	13	9	9
AMÉRICA	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224	230
AUSTRÁLIA	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15	6
TOTAL	242	328	402	554	703	747	754	761	752	769	778

Tabela 2 Quadro evolutivo da quantidade de empresas de EdC por continente.

Fonte: Escritório Central da EdC – São Paulo, Brasil.

Percebe-se, através da figura 2, um rápido crescimento de adesão de empresas pelo mundo ao projeto EdC entre os anos de 1992 e 1997, sofrendo uma pequena redução em 2000 e voltando a crescer no ano seguinte. Atualmente, são oitocentas empresas que aderem ao projeto.

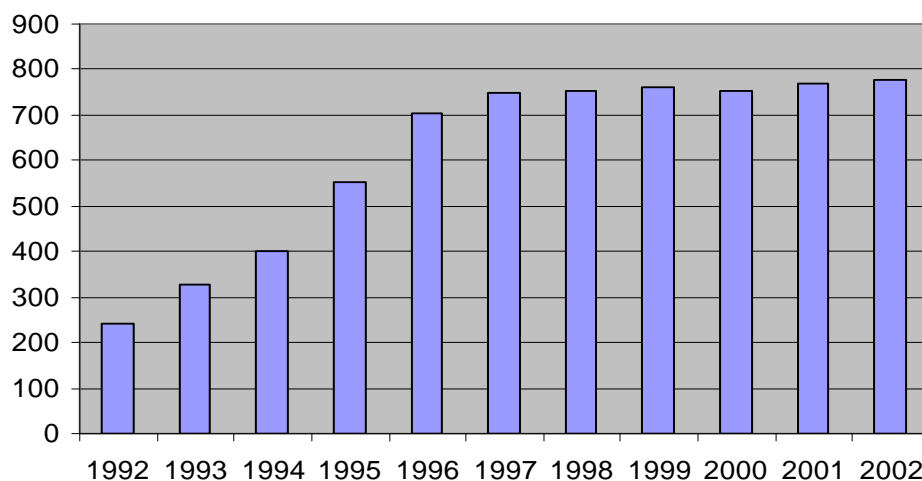


Figura 2: Evolução da quantidade de empresas de EdC pelo mundo.

Fonte: Escritório Central da EdC – São Paulo Brasil

A figura 3 demonstra que o projeto pode ser aplicado a qualquer tipo de empresa, existindo uma maior concentração no setor de serviços.

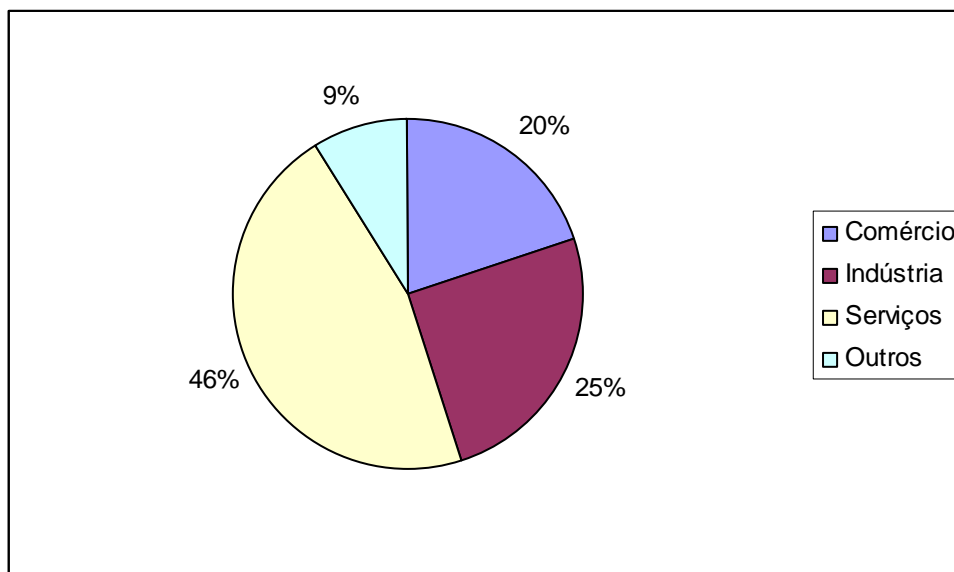


Figura 3: Distribuição das empresa de EdC por setores.

Fonte: Escritório Central da EdC – São Paulo, Brasil.

2.2.4 Dados estatísticos da Economia de Comunhão no Brasil

Na comparação do cenário mundial, tabela 2 e figura 3, com o do Brasil, tabela 3 e figura 4, o crescimento do número de empresas do projeto ocorre de maneira muito mais intensa nos anos de 1992 e 1993. Isso se deve ao fato de o projeto ter se iniciado neste país sob o nome de “Projeto Brasil”. Desde então, após uma fase de estabilização, em 2000 acompanha o cenário mundial com uma queda no número de empresas e sua recuperação no ano seguinte.

ANO	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
TOTAL	59	81	86	88	88	87	88	87	77	88	90

Tabela 3: Número de empresas coligadas à EdC no Brasil

Fonte: Escritório Central da EdC – São Paulo, Brasil

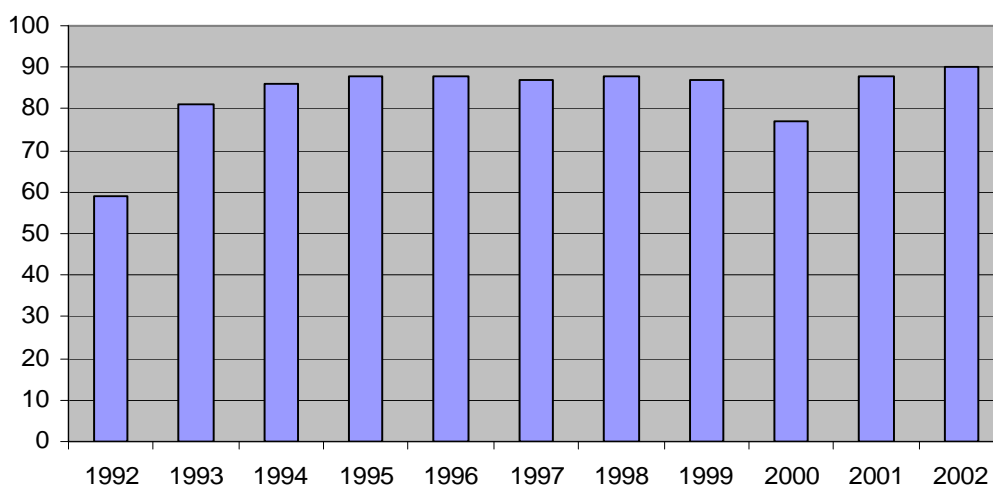


Figura 4: Gráfico da evolução da quantidade de empresas de EdC no Brasil.
 Fonte: Escritório Central da EdC – São Paulo, Brasil

O projeto EdC existe, efetivamente, em cerca de 100 empresas brasileiras – no mundo, ao todo, já são 800 – representantes dos mais diversos setores da economia. É uma realidade também no empenho constante de empresários que doam livremente parte dos lucros de suas empresas em benefício dos necessitados, não apenas como um compromisso mensal, mas como uma vocação de transformar a sociedade a partir da economia, (FARO; BENITES, 2004).

O Congresso Nacional da EdC 2004, realizado em junho, na Mariápolis Ginetta, cidadezinha-testemunho do Movimento dos Focolares em Vargem Grande Paulista, retrata que as empresas da Economia de Comunhão não só sobreviveram – contra toda a lógica do mercado – mas até mesmo algumas delas cresceram muito além das expectativas. São empresas como a Metalsul, de Joinville (SC), que atualmente dá emprego a 53 pessoas e desenvolve um excelente trabalho de promoção social e comunitária, além de ajudar diretamente com parte de seus lucros aos necessitados ligados ao projeto. No ano de 2004 novecentas e oitenta e três pessoas foram auxiliadas pelo projeto no Brasil, e cerca de onze mil em outros países, (FARO; BENITES, 2004).

A partir do exposto, o capítulo três retrata o estudo de caso na empresa Metalsul e propõe um modelo de Balanço Social para empresas que são coligadas à Economia de Comunhão.

3 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo são apresentados os dados desenvolvidos, a análise e a interpretação dos mesmos. É também apresentada uma proposta de Balanço Social, onde se evidencia a responsabilidade social da empresa e o projeto EdC.

3.1 Contextualizando a realidade pesquisada

As informações constantes deste item foram, na sua grande maioria, obtidas através da entrevista informal realizada junto ao proprietário-gerente da empresa Metalsul.

A empresa Metalsul, com sede em Joinville, Santa Catarina, foi fundada em 01 de junho de 1996, com a proposta de fabricar ferramentas para profissionais da indústria metal-mecânica, construção civil, marcenarias e serviços em geral. Antes de sua fundação, os sócios-gerentes haviam trabalhado por muitos anos em agências bancárias, e não tinham conhecimento e experiência alguma sobre a fabricação de ferramentas.

O proprietário-gerente comercial, em sua trajetória em empreendimentos comerciais, adquiriu uma experiência de vida única, pois ao sair da instituição bancária em que trabalhava resolveu montar uma *factoring*. Na época, o Brasil passava por uma séria recessão e diversos foram os planos econômicos que desestabilizaram a sua empresa, levando-o praticamente à falência. As portas simplesmente se fecharam, diversas pessoas desdenharam seu potencial, não acreditando em sua recuperação, ignorando, ostensivamente, seu empenho em recomeçar. Contou somente com o apoio da esposa, do irmão e de seu amigo, atual sócio- proprietário administrativo de sua empresa.

No intuito de prosseguir, foi trabalhar com sua esposa, a qual possuía uma empresa de eventos: a Artfest Organizações de Eventos Ltda. Não obstante, diversos eram os

contratempos: possuindo um carro com muitos anos de uso, este normalmente o deixava a pé, pois apresentava falhas mecânicas no caminho, enquanto prestava serviços à sua empresa.

Apesar de todas as dificuldades que encontrava, não desanimou. Junto com seu irmão e um cliente devedor da *factoring* que possuía experiência na área de fabricação de ferramentas, montaram uma nova firma, a Metalsul.

Nascia, assim, uma nova empresa, a qual, entretanto, possuía poucas ferramentas, sendo que a de maior valor era uma furadeira; não possuíam capital, mas uma enorme vontade de vencer e crescer. Novas dificuldades foram surgindo: o cliente devedor que entrou com a experiência queria comprar a parte do irmão do proprietário-gerente comercial e fazia de tudo para obtê-la, mas o irmão não o decepcionou e o atual sócio, proprietário-gerente financeiro, acabou comprando a parte do outro sócio.

Em julho de 1999, os sócios da empresa Metalsul participaram de um encontro internacional que abordava o tema Economia de Comunhão – EdC, realizado em Roma/Itália. O desejo de participar do projeto se fez presente e as mudanças propostas pela EdC começaram a ocorrer lentamente na empresa.

Numa perspectiva de crescimento nos anos de 1999 a 2002, a empresa teve que se autofinanciar, pois não tinha como conseguir empréstimos junto aos bancos, em virtude de não possuir garantias reais. Precisava também de máquinas, nessa perspectiva de crescimento.. A saída para esse problema foi a opção por não recolher nenhum tributo. Somente a partir de 2003 a empresa começa a recolher os tributos ao mesmo tempo em que efetiva sua adesão ao Refis – Programa de Recuperação Fiscal, para regularizar sua situação de inadimplência tributária.

Desde 1999 a empresa vem crescendo em média 30% ao ano, e hoje o faturamento representa 4,5 milhões de reais anuais. Antes, os imóveis eram todos alugados. Em maio de 2002, os sócios gerentes adquiriram a Fundação Bom Sucesso, a qual possuía um terreno de

7.000 m² e um galpão de 1.100 m². Nos anos de 2003 e 2004 a empresa adquiriu um imóvel com 4.000 m² de terreno e 1.100 m² de instalações, onde passou a funcionar o setor de pintura, montagem e expedição da Metalsul. Em 2005, no início do mês de abril, a empresa transferiu o escritório que funcionava junto ao setor de industrialização para instalações próprias. Existe um projeto de aumento da área do galpão no qual está instalado o setor de pintura, montagem e expedição, para, em breve, trazer o setor de industrialização e, com isso, ganhar tempo e diminuir custos no envio das peças para a pintura, aumentando, em consequência, o faturamento. A tabela 4 e a figura 5 mostram o crescimento da empresa nos últimos anos.

ANOS	FATURAMENTO
2001	1.600.000
2002	2.600.000
2003	3.250.000
2004	4.350.000

Tabela 4 – Faturamento da empresa Metalsul, em R\$

Fonte: dados fornecidos pela empresa.

O crescimento maior foi no ano de 2002, representando 62,5% do faturamento do ano anterior. Segundo os sócios-gerentes, o crescimento vem ocorrendo graças à aquisição da fundição, e a meta para 2005 é de R\$ 6.500.000,00. Se assim o for, a empresa estará com 49,4% de aumento em relação a 2004. Isso demonstra um resultado positivo quanto ao faturamento, embora deva existir acompanhamento dos custos.

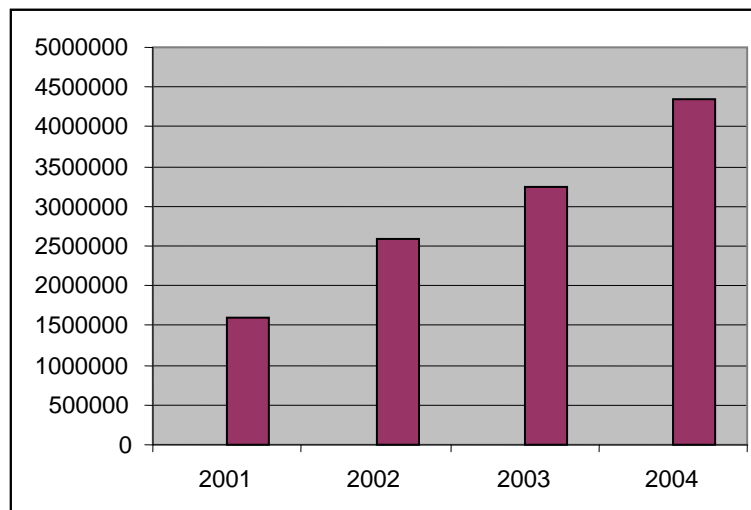


Figura 5: Representação do faturamento da Metalsul

Fonte: dados fornecidos pela empresa

Percebe-se, também, que apesar de existir um crescimento gradativo, os incrementos mais significativos do faturamento ocorreram nos anos de 2002 e 2004. O resultado positivo acumulado de 2001 a 2004 é de R\$ 2.750.000,00, representando 172% do faturamento da data inicial apresentada.

3.2 Descrevendo e interpretando elementos da realidade pesquisada voltados à responsabilidade social e ao projeto EdC

A seguir, serão discutidos e analisados alguns aspectos de como foi possível tornar a responsabilidade social, bem como a Economia de Comunhão, pensável no espaço de produção dessa empresa.

3.2.1 Em busca da responsabilidade social e da proposta Economia de Comunhão – EdC - no contexto interno da empresa.

A responsabilidade social é algo a ser perseguido por diversas empresas, pois a preocupação com o social vem crescendo a cada dia, fazendo com que as empresas reformulem o seu modo de administrar e de produzir bens e serviços.

No sistema clássico da economia a grande maioria das empresas tem um modo de produção capitalista, enquanto que as empresas EdC têm um modo de produção de economia de comunhão, baseada na solidariedade. Sendo assim, a cultura do “dar” sobrepõe-se à cultura do “ter”. O homem tem primazia em relação ao capital.

Muitas empresas brasileiras investem em ações sociais, por acreditar que isso melhora a imagem institucional porém, quando Chiara lançou o projeto EdC, ela não se preocupou com a imagem da empresa, mas sim com a desigualdade social. Sua motivação fez com que pessoas se organizassem em pequenas empresas com o intuito de dividir lucros e, com algumas já existentes, de mudar a gestão.

Sendo assim, o projeto EdC busca dirimir a desigualdade social no mundo, formulando propostas inovadoras às empresas que queiram aderir ao projeto, isso tudo sem um compromisso formal, ancorado apenas na liberdade de opção de cada empresa. Assim, passa-se a descrever as entrevistas (Apêndices A e B) que serviram de base para a conversação informal.

A proposta EdC faz uma exigência de abrir os horizontes da empresa para a dimensão social, vista não mais como simples meio de subsistência, mas como meio de gerar novos empregos e oferecer um serviço à comunidade por meio da comunhão mensal de uma parte dos lucros. Contudo, a empresa ainda está ‘engatinhando’ na proposta: a contribuição dos lucros ainda é muito pequena, uma vez que a empresa, normalmente, opera com prejuízos por possuir muitas despesas com juros de empréstimos, que hoje consegue junto aos bancos, visando sempre o crescimento da empresa para proporcionar geração de empregos e manter os já existentes.

Na perspectiva de contribuir para o projeto EdC, a Metalsul patrocina a revista Cidade Nova, que é um veículo de comunicação que oferece instrumentos de vida e reflexão, difundindo uma cultura de fraternidade e propiciando o encontro de homens e mulheres de todas as idades, condições sociais, confissões religiosas. Nesse contexto, ocorre a interação entre o que elas possuem de verdadeiro, de bom e de belo.

A revista Cidade Nova oferece, também, matérias de cunho político, ecológico, cultural e social, sejam elas internacionais ou nacionais. Incluem-se no patrocínio os fascículos do projeto EdC que abordam o tema.

Também pensando no social e na dignidade humana, os sócios-proprietários vêem seus funcionários como seres humanos, sujeitos a limitações e problemas, mas detentores também de qualidades, sendo merecedores de respeito, devendo, acima de tudo,, sentir-se amados e respeitados em seu ambiente de trabalho.

Para os empresários da Metalsul, o maior valor do projeto EdC é criar relacionamentos, um ambiente favorável e igualdade no convívio e trato com todos os funcionários, formando uma grande família, cuja base é o respeito, a dignidade e a preocupação com o ser humano.

Segundo os empresários, a empresa oferece aos funcionários cursos de orçamento familiar, motivação e auto-estima, visando a um relacionamento mais harmonioso, no qual eles possam conviver em paz consigo mesmos. Esses fatores, acreditam, terão reflexos no convívio familiar e empresarial.

A empresa desenvolve um projeto – oficina de arte – que é realizado todas as sextas-feiras com as esposas ou mães dos funcionários e ministrado pelas esposas dos empresários. . Nesses cursos são aproveitados materiais recicláveis como, por exemplo, embalagens de leite, latas, jornais, garrafas, etc, e são elaborados diversos trabalhos manuais, como pinturas, bordados e crochês. A figura 6 mostra foto de alguns trabalhos que são montados na empresa.

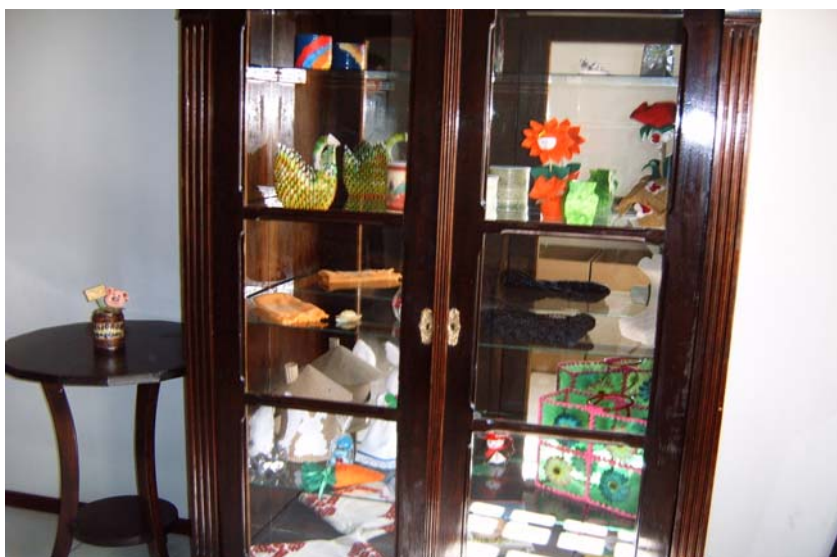


Figura 6: Foto dos trabalhos manuais efetuados na empresa

O trabalho desenvolvido pela empresa com a oficina de arte contribui para um melhor relacionamento e convívio familiar, proporcionando horas de lazer para a família dos funcionários, criando um ambiente que irradia tranquilidade e bem-estar.

Quando os funcionários estão com dificuldades financeiras, os empresários efetuam um adiantamento salarial. Relata-se a compra de uma bicicleta para funcionário que tinha dificuldade de locomoção, sendo que a empresa comprou o bem, obtendo um preço inferior ao praticado no mercado. Outro relato diz respeito à compra de uma casa para determinado funcionário que não possuía o capital necessário para concluir a negociação: a empresa lhe teria emprestado o dinheiro.

Outro fato se destaca em relação a contratações de pessoas excluídas da sociedade por terem se marginalizado devido ao uso de entorpecentes e álcool ou por serem portadoras do vírus HIV (soropositivas). A empresa contrata, dentro de um certo limite, pessoas que estão em tratamento numa unidade terapêutica que tem por nome Essência de Vida, e a Metalsul contribui para a reabilitação do doente, dando-lhe a oportunidade de recomeçar e buscar reaver sua dignidade perante a sociedade. Hoje, a empresa possui 3 (três) funcionários nessa

condição, representando 12% do total dos funcionários. A empresa usa a distância de forma estratégica, fazendo com que os empregados nessas condições trabalhem em setores diferentes e distantes, no intuito de evitar qualquer influência negativa entre eles.

Ao entrevistar um desses funcionários, nota-se com nitidez o trabalho desenvolvido pela empresa: eram notórias a felicidade e a gratidão do funcionário. Sem ser indagado a respeito de sua condição, o próprio empregado coloca-a de maneira voluntária, deixando claro que nenhuma empresa faria o mesmo por ele. Este empregado trabalha há sete meses e meio na empresa e diz: “Ninguém abriria as portas para eu trabalhar como a Metalsul abriu”. Perguntado sobre como ele vê o proprietário-gerente comercial, ele comenta que é como um “ícone” na empresa, que é tratado muito bem pelo mesmo e quando ocorre alguma vacilação, uma visita a um bar, o proprietário sempre está por perto para chamar sua atenção e dar-lhe uma nova oportunidade, cobrando coerência e responsabilidade, sem desrespeito. Ele sente que existe uma confiança depositada em sua pessoa, pois está operando uma máquina caríssima, que exige muito cuidado. Perguntado sobre a possibilidade de uma oportunidade para troca de emprego, ganhando mais do que ganha hoje, ele coloca que não abriria mão de seu atual emprego: “aqui nós somos como uma família”. Destaca, ainda, que o convívio familiar mudou muito depois que começou a trabalhar na Metalsul, seja com as crianças ou com sua esposa, existindo agora respeito e diálogo. Sente que existe uma responsabilidade e que não pode decepcionar ninguém.

Em outras entrevistas com diferentes funcionários, notou-se a dedicação por parte da empresa aos funcionários, e vice-versa, pois, conforme eles relatam, existe um convívio harmonioso entre os funcionários e os patrões, no qual há respeito e quando é necessário chamar atenção de algum funcionário os sócios o fazem de maneira decente, sem escândalos, porém com firmeza, como um verdadeiro pai que ama e exige de seu filho. Segundo um certo funcionário que trabalha há 5 anos na empresa: “Existe calor humano na empresa e ajuda

financeira e humanitária à família”. Diz, também, que todos têm liberdade de expressão, de chegar até aos donos da empresa sem serem intimidados. Sentem-se motivados e responsáveis pelo trabalho. Questionado sobre possível mudança no relacionamento em casa com a família, aponta para mudanças positivas, destacando a existência de maior compreensão e paciência com os filhos e esposa, inexistentes antes do emprego atual, quando era comum levar problemas para casa.

Consultou-se também o encarregado do setor de pintura, montagem e expedição, que trabalha na empresa há 3 anos. Relatou esse empregado a existência de diferença entre as empresas em que já trabalhou e o atual emprego. Argumentou que, na Metalsul, há uma preocupação com o lado humano dos funcionários, com o acompanhamento da vida dos mesmos; os empresários procuram ajudar na solução dos problemas, propiciando assistência à família, não por obrigação, mas com o real desejo de ver os funcionários realizados. Comentou que vê o proprietário-gerente comercial como um professor que não guarda os conhecimentos para si, mas que os repassa e enriquece os interessados.

Todos os funcionários que foram entrevistados não deixaram dúvidas quanto ao fato de gostarem de trabalhar na empresa, situação que fica evidente no modo como argumentaram a respeito, sendo unânimes em afirmar que a Metalsul é como uma grande família.

Dos oito funcionários entrevistados, com relação à questão de oportunidade de trabalhar em outra empresa, recebendo um salário maior que o oferecido pela Metalsul, somente um disse que trocaria de emprego para ganhar mais.

Em se tratando da alimentação dos colaboradores, a Metalsul fornece refeição a todos os funcionários em um restaurante próximo à empresa. Teve-se a oportunidade de realizar uma refeição nesse local, junto com os funcionários e o sócio-gerente comercial da Metalsul. A refeição é balanceada e acompanhada de suco de frutas.

Na conversa, durante a hora do almoço, soube-se de um funcionário que veio a falecer na terceira semana de março do corrente ano, de ataque cardíaco, com a idade de 53 anos, até então com boa saúde, e que era muito estimado por todos. No dia do enterro, a empresa fechou as portas para que todos os funcionários tivessem oportunidade de ir ao velório. Os sócios da Metalsul deram toda a assistência de que a família necessitava num momento tão difícil. Todos sentem a falta do funcionário na empresa. A família ficou amparada com um seguro de vida que a empresa recolhe para todos os funcionários.

A empresa tem um compromisso com a segurança no trabalho, disponibilizando aos empregados todos os equipamentos necessários, como óculos, luvas, calçados, etc.

Diversos são os projetos que a empresa pretende desenvolver ainda no decorrer deste ano. Dentre eles, merecem destaque: escola interna com facilitador que ajude os funcionários a desenvolver contas matemáticas que venham auxiliar no seu dia-a-dia, bem como assuntos diversos que sejam de interesse dos mesmos; coletas de livros para incentivar a leitura dos funcionários, pois a escolarização da maioria é de primeiro grau incompleto, realizando uma gincana com premiação para que os funcionários contem a história lida; elaboração de um mural no qual cada funcionário coloca em um papel o que gostaria de doar, que possui, mas que não está sendo utilizado e que possa vir a ser útil para alguém (outro funcionário), como, por exemplo: tijolos, cobertores, calçados, roupas, etc, contribuindo para uma verdadeira reciprocidade de doações e suprimento de necessidades.

Durante a entrevista informal, o sócio-gerente comercial enfatizou sobre a necessidade de existir um “compromisso cristão” entre as pessoas e que ele e seu sócio-gerente administrativo contam com a “providência de um sócio invisível”. Segundo eles, Deus está sempre presente nas dificuldades, sempre os amparando. O que para outros é uma oportunidade de negócio, para esses empresários é uma ajuda divina.

Quando perguntado sobre a concorrência, o empresário respondeu: “Vejo no concorrente um grande motivador; nos faz sempre buscar a qualidade de nossos produtos. Apesar de não ter contato direto com eles, tenho muito respeito por todos e desejo que tenham o mesmo sucesso que nós temos”.

Uma das propostas do projeto EdC é de que a empresa recolha todos os tributos devidos ao governo. A Metalsul vem diminuindo, gradativamente, os atrasos com o recolhimento dos tributos, pois, por ser uma empresa nova no mercado, necessita, muitas vezes, se auto-financiar. Tem como meta, no seu planejamento, a regularização de todos os tributos até o final do ano de 2005.

A organização visitada tem uma preocupação com a qualidade dos produtos, traduzida no lema “que ninguém seja melhor do que nós naquilo que fizemos”. Nesta perspectiva, a empresa fez uma reengenharia em um dos produtos – torno de bancada – conseguindo diminuir o peso pela metade, sem perda da qualidade, processo que culminou na redução dos custos no percentual de 20%, cuja metade foi repassada ao preço final do produto para o cliente.

As peças fundidas em ferro, em seu estado bruto, utilizadas pela Metalsul, são fornecidas pela Fundação Bom Sucesso, localizada em Garuva, SC, que é de propriedade dos sócios da empresa estudada.

Ao adquirirem a Fundação, em maio de 2002, esta não estava legalizada junto ao IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - à FATMA - Fundação do Meio Ambiente - e ao CRQ – Conselho Regional de Química. Receberam uma multa do Ministério Público no valor de R\$ 50.000,00, para ser paga num prazo de seis meses, bem como foram intimados a registrar a empresa nos referidos órgãos, pois ao lado da empresa estavam depositados 600 toneladas de passivo (areia e resíduos da

fundição) que deveriam ser removidos para um local próprio. O custo para a retirada de cada tonelada equivalia a R\$ 260,00.

Os sócios da empresa solucionaram todos os problemas, colocaram piso na área, isolaram o oxigênio utilizado na fundição. Conseguiram legalizar a empresa junto aos órgãos competentes do meio ambiente, obtendo autorização de todos. Para eles isso representa: “uma derrota que se transformou em uma grande vitória”. Na audiência pública relativa ao caso, a juíza parabenizou a empresa pelas providências tomadas e a isentou da multa.

Na área onde estavam os restos de areia e resíduos da fundição foi feito um aterro e plantadas árvores e grama, conforme a figura 7. Segundo os sócios, os cuidados com o meio ambiente são constantes, e diversos são os projetos para melhorar cada vez mais o ambiente interno e externo da empresa.



Figura 7: Foto da Fundição, onde anteriormente ficavam os resíduos (passivo) da empresa.

A empresa tinha uma capacidade de 20 toneladas/mês, obteve um crescimento de 350%, passando para 90 toneladas mês.

A organização, com suas duas empresas, conta com 55 funcionários atuando dentro do estabelecimento, sendo 30 na Fundação e 25 na Metalsul, e 60 representantes comerciais espalhados pelo Brasil. Ressaltem-se alguns aspectos estruturais: 16% dos funcionários são semi-analfabetos, 49% possuem escolarização de 1º grau completo e incompleto, 22% possuem o 2º grau completo e 13% o nível superior; um funcionário é analfabeto, com deficiência mental, ficando, em consequência, incapacitado para o aprendizado escolar. Como se observa na figura 8, a maioria dos funcionários é de nível de 1º grau, em virtude de o trabalho ser, predominantemente, braçal, principalmente na empresa de fundição.

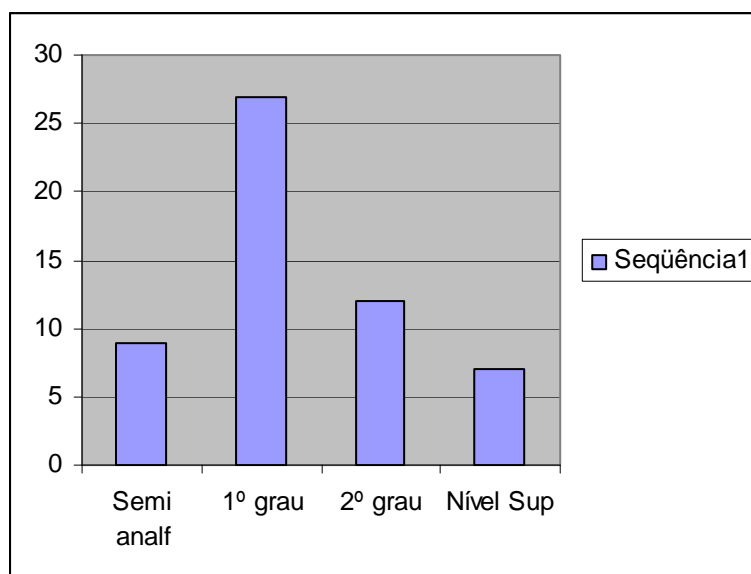


Figura 8: Nível de escolaridade dos funcionários da Metalsul e da Fundação Bom Sucesso

Fonte: dados fornecidos pela empresa.

Com relação aos indicadores do corpo funcional, a empresa conta com seis empregados maiores de 45 anos, seis empregados na faixa dos 40 aos 44 anos e, do total dos colaboradores, sete são negros.

Em relação ao planejamento (estratégico e financeiro), a Metalsul o faz com primazia, pois segundo o proprietário-gerente comercial, sem planejamento a empresa não tem como

crescer e manter os empregos atuais, nem gerar novas oportunidades de emprego. Tem como meta, até 2006, a exportação de produtos equivalente a 15% do seu faturamento, e uma meta de crescimento geral de 35% ao ano.

Nota-se perfeitamente que a empresa Metalsul desenvolve um trabalho voltado à responsabilidade social, porém não na totalidade do projeto EdC e da própria responsabilidade social. O atraso no recolhimento de todos os tributos devidos é uma prática a ser eliminada, em sua totalidade, pela empresa. Quando a empresa recolhe os tributos devidos, a sociedade se beneficia com os mesmos, pois com a contribuição o governo pode construir escolas, estradas, hospitais, fornecer merenda escolar, etc. Nesse aspecto a Metalsul fica a desejar. Conforme citado anteriormente, existe no planejamento da mesma previsão para que isso venha a se concretizar.

Os trabalhos e projetos desenvolvidos pela empresa demonstram uma preocupação com o bem-estar de seus colaboradores, com o meio ambiente e com a sociedade em geral. A partilha dos lucros, a formação de “homens novos” e a preocupação com a empresa é uma prática em constante crescimento, sendo renovada com a participação em congressos que abordam o assunto, em que empresas que aderem ao projeto compartilham suas experiências. A espiritualidade cristã, em particular a manifestação da providência divina, é uma das ferramentas com a qual esses empresários contam para lograr êxito em seus empreendimentos e manter a filosofia das EdCs.

3.3 Proposta de evidenciação contábil para empresas que aderem ao projeto Economia de Comunhão.

Um projeto tão abrangente como a EdC não pode ficar no anonimato. A contabilidade, por ser uma ciência social, que fornece informações aos diversos usuários, deve procurar informar de maneira eficaz os benefícios gerados pelo projeto.

O Balanço Social é um instrumento que evidencia as ações das empresas no campo social, permitindo uma avaliação sobre a conduta das empresas pelos diversos usuários da informação.

Conforme Sucupira (2003, p.1), Balanço Social

É um documento publicado anualmente reunindo um conjunto de informações sobre as atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade onde está inserida. Através dele a empresa mostra o que faz pelos seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta.

Para as empresas que aderem ao projeto EdC, o modelo de balanço social do Ibase, pela sua simplicidade, pode perfeitamente atender à divulgação das atividades de responsabilidade social.

No entanto, o projeto poderia ser mais bem visualizado, de forma favorável às empresas, se fosse abordada no balanço patrimonial a contribuição dos intangíveis financiados por uma particular distribuição do lucro de partilha, formação de “homens novos”, porém a contabilidade ainda não possui meios para que isso ocorra.

Assim, sugere-se a adoção do modelo de Balanço Social fornecido pelo Ibase (tabela 5), porém a parte que demonstra o valor adicionado, no item 6, conforme o modelo completo, em anexo, poderia ser suprimido e substituído pela DVA (tabela 6), com pequena modificação.

Modelo de Balanço Social anual/2004, do Ibase

1. Base de Cálculo	2004			2003		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)						
Resultado operacional (RO)						
Folha de pagamento bruta (FPB)						
2. Indicadores sociais internos	Valor (R\$)	% Sobre FBP	% Sobre RL	Valor (R\$)	% Sobre FBP	% Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						

Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total – Indicadores sociais internos						
3. Indicadores sociais externos	Valor (R\$)	% Sobre FBP	% Sobre RL	Valor (R\$)	% Sobre FBP	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total – Indicadores sociais externos						
4. Indicadores ambientais	Valor (R\$)	% Sobre FBP	% Sobre RL	Valor (R\$)	% Sobre FBP	% Sobre RL
Investimentos relacionados com a produção /operação da empresa						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em meio ambiente						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período						
Nº de admissão durante o período						
Nº de empregados(as) terceirizados(as)						
Nº de estagiários(as)						
Nº de empregados(as) acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)						
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais						
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2004		Metas 2005			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerência <input type="checkbox"/> todos empregados		<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerência <input type="checkbox"/> todos empregados			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos empregados <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa		<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos empregados <input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa			
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT		<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT			

A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerência <input type="checkbox"/> todos empregados	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerência <input type="checkbox"/> todos empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerência <input type="checkbox"/> todos empregados	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerência <input type="checkbox"/> todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programa de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apóia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____	Na empresa _____ No Procon _____ Na Justiça _____
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %	Na empresa _____ % No Procon _____ % Na Justiça _____ %
7. Outras informações		

Tabela 5: modelo de Balanço Social Anual/2004 do Ibase

Fonte: Ibase (www.balancosocial.org.br)

Para seqüência do preenchimento do Balanço social, sugere-se às empresas de EdC a construção da DVA (tabela 6), para que seja visualizada a distribuição dos lucros.

A Demonstração do Valor Adicionado é uma parte integrante do Balanço Social e tem como objetivo divulgar o valor da riqueza criada pela empresa e a sua distribuição aos elementos que contribuíram para sua criação. O seu preenchimento contribui, pelo menos em parte, para a visualização do projeto de economia de comunhão.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
EMPRESA:	Em milhares de reais
DESCRIÇÃO	Pela legislação societária em moeda constante
1 – RECEITAS	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	
1.2 Provisão para devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	
1.3 Não operacionais	
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)	
2.1 Matérias-primas consumidas	
2.2 Custos das mercadorias e serviços vendidos	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4 Perda/Recuperação de valores ativos	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1 Depreciação, amortização e exaustão	
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1 Resultado de equivalência patrimonial	
6.2 Receitas financeiras	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1 Pessoal e encargos	
8.2 Impostos, taxas e contribuições	
8.3 Juros e aluguéis	
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos	
9 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO À EdC	
9.1 Homens novos	
9.2 Pessoas necessitadas	
9.3 Própria empresa – Lucros retidos/prejuízo do exercício	

Tabela 6– Modelo de demonstração do valor adicionado para empresas de EdC

Fonte: adaptado de Santos Freire e Malo (1998 apud FREIRE E REBOUÇAS, 2001, p.106)

A distribuição do valor adicionado à EdC, aposto na DVA, no item 9, é uma das finalidades da Economia de Comunhão, em que o lucro é dividido em três partes, como já mencionado. Essa distribuição é optativa, não sendo obrigatória à empresa, pois a contribuição se dá na liberdade de opção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A responsabilidade social é algo a ser perseguido por diversas empresas, pois a preocupação com o social vem crescendo a cada dia, fazendo com que as empresas reformulem o seu modo de administrar e de produzir bens e serviços.

O Balanço Social é um documento no qual as empresas relatam, a todos os grupos de interesse, quais foram suas ações na área social. A contabilidade se utiliza desse meio para demonstrar a responsabilidade social das empresas.

Na responsabilidade social, segundo alguns autores, a ética é um princípio balizador das ações e relações com todos os públicos com os quais as empresas interagem. Não deveriam existir somente projetos que buscam reduzir desigualdades sociais. O próprio conceito de responsabilidade social já abrange atitudes que deveriam ser observadas pelos empresários.

Porém, as ações e relações de muitas organizações passam longe de serem responsáveis. O Brasil é um país com grandes contrastes sociais e a sociedade cobra das empresas uma postura mais ética e humana para reduzir as diferenças entre ricos e pobres.

Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, mobiliza milhares de pessoas a desenvolverem o hábito da partilha. Com seu olhar atento e observador, percebe as desigualdades no Brasil e propõe a formação e a reorganização de empresas imbuídas de um espírito de partilha e de solidariedade.

Nasce o projeto EdC, que vai além da responsabilidade social ou, poder-se-ia dizer, vai a fundo na responsabilidade social quando propõe a divisão dos lucros. Para muitos uma utopia, mas real e concreto em muitas empresas.

O estudo de caso realizado na empresa Metalsul foi fundamental para avaliar o projeto, apesar de a empresa estar no início das práticas e tenha ainda muito o que fazer para

atingir todos os objetivos propostos pela EdC. Visualiza-se um diferencial na empresa, pois os trabalhos e projetos desenvolvidos demonstram uma preocupação com o bem-estar de seus colaboradores, com o meio ambiente e com a sociedade em geral. A contribuição de parte dos lucros aos necessitados e formação de “homens novos” ainda é muito pequena, uma vez que a empresa normalmente opera com prejuízos por possuir muitas despesas com juros de empréstimos junto a instituições financeiras. O atraso no recolhimento dos tributos é uma prática que deve ser eliminada pela empresa, pois a regularização reverte, em última análise, para o bem de todos os integrantes da sociedade.

As vantagens de se aderir a um projeto como o da Economia de Comunhão são as mais variadas possíveis, inexistindo aparentemente desvantagens aos olhos de uma nova economia. Na participação das empresas em um projeto como o da EdC, existe uma reciprocidade que move essas empresas, sem um sujeito doador e outro beneficiário. Todos, empresários, empregados, fornecedores, clientes e pessoas necessitadas entram numa relação de dar e receber, a que nem sempre correspondem retornos econômicos, mas sim uma gratificação natural por estarem contribuindo para a própria sociedade.

A economia de comunhão pode ser evidenciada pela contabilidade, através do Balanço Social e da Demonstração do Valor Adicionado, pois são instrumentos que fornecem uma avaliação sobre a conduta da empresa pelos diversos usuários da informação.

Salienta-se que há muitos pontos neste trabalho de extrema importância, e que posteriormente poderiam ser abordados mais profundamente, como, por exemplo, o capital intelectual formado pela prática da partilha. Como atribuir um valor às ações em favor do bem comum que, em termos econômicos, poderiam ser traduzidos em investimentos a longo prazo para um futuro sustentável: investimentos em favor da empresa, mas também em favor da humanidade inteira?. Como construir um Balanço Patrimonial em que conste a economia de comunhão, para uma redução de tributos?

Por fim, espera-se que o objetivo geral desta pesquisa, de propor um modelo de evidência contábil da responsabilidade social das empresas que aderem ao projeto economia de comunhão tenha sido atingido, bem como os objetivos específicos propostos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Vera. Economia de comunhão e comportamentos sociais. In: COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão**. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 9-20.
- BARBIERI, Edison; LUCCAS, Jaime. Bancos do povo. Revista Cidade Nova, Vargem Grande Paulista, SP, ano XLII, n° 2, p. 20-23, mar 2000.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FARIA, Ricardo Caiuby. Espri S.A. In: Economia de Comunhão e Movimento Econômico: desenvolvimento e perspectivas, 1999, Vargem Grande Paulista SP. **Anais...** Vargem Grande Paulistata: Bureau internacional da economia e trabalho, 1999. p. 125-128.
- FARO, José Antônio; BENITES, Marcello R. Economiacomovocaçãopara a fraternidade. **Revista Cidade Nova**, Vargem Grande Paulista, SP, ano XLVI, n° 8, p. 20-25, ago 2004.
- FERREIRA, Flávio Smania. Responsabilidade social cosporativa: Uma variável estratégica das organizações demonstrada através do balanço social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 2004. Santos-SP. **Anais...**Santos-SP: CFC, 2004. 1CD-ROM.
- FERRUCCI, Alberto. Brasil: religião, cultura política e economia. In: SILVA, Eliana M Marques da (Coord). **O Brasil recebe Chiara Lubich**. [São Paulo]: Movimento dos Focolares, [1999]. p. 35.
- _____. Os investimentos imateriais das empresas EdC. **Revista Cidade Nova**, Vargem Grande Paulista, SP, ano X, n. 1, p.22-23, fev 2004. Suplemento.
- FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza R. da Silva. Uma descrição sucinta do balanço social Francês, Português, Belga e Brasileiro. In: SILVA, César A. Tibúrcio; _____. **Balanço Social: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001, p. 69-115.
- GIL, Antonio Carlos. **Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
- GUIMARÃES, Heloisa Werneck Mendes. Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, v. 24 n. 4, p. 211-219, out/dez. 1984.
- IASI, Marco Antonio. **Reengenharia social**. São Paulo: LTR, 1996.
- IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Legislação relacionada com o Balanço Social e a Responsabilidade Social das empresas**. Disponível em: <<http://www.balançosocial.org.br/>> Acessado em: 10 mar 2005.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para nível de graduação**.3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- LISBOA, Lázaro Plácido (Coord.) **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LUBICH, Chiara. A experiência economia de comunhão: da espiritualidade da unidade, uma proposta de agir econômico. In BRUNI, Luigino (org). **Economia de comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões**. São Paulo: Cidade Nova, 2002. p. 13-19.

_____. **Economia de comunhão: Histórico**. Vargem Grande Paulista SP, 2005. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br>> Acesso em 13 jan 2005.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado: Do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Demonstração do Valor Adicionado**. Dissertação apresentada ao Depto de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

MILANO, Miguel S. et al. **Responsabilidade social empresarial: o meio ambiente faz parte do nosso negócio**. Curitiba: FBPN, 2002.

MOREIRA, Darlan. Economia de comunhão um novo agir econômico. **O Povo o jornal do Ceará**. Fortaleza, 20 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.noolhar.com/opovo/economian/391968.html>>. Acesso em: 20 abr. 2005.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. **Economia de comunhão: Histórico**. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br/Pageedc.html>> Acesso em 13 Jan 2005.

QUARTANA, Pino. A economia de comunhão no pensamento de Chiara Lubich. In: QUARTANA, Pino et al. **Economia de comunhão**. São Paulo: Cidade Nova, 1992. p. 11-22.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como Fazer uma monografia**. 6. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

SERAFIM, Maurício Custódio. **A ética no espaço de produção: contribuição da economia de comunhão**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza.(Org.). **Balanco Social: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

SORGI, Tommaso. A cultura do dar. In COSTA, Rui et al. **Economia de comunhão**. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 1998. p. 31- 68.

SUCUPIRA, João A. Ética nas empresa e balanço social. In SILVA, César Augusto Tibúrcio; FREIRE, Fátima de Souza.(orgs). **Balanco social: Teoria e prática**. São Paulo: 2001. p 117-133.

_____. **A responsabilidade social das empresas**. São Paulo, 2003. Disponível em: <www.balancosocial.org.br> Biblioteca virtual.Acesso em 08 fev 2005.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TORRES, Ciro. Responsabilidade social das empresas (SER) e balanço social no Brasil. In SILVA, César A.; FREIRE, F. de Souza. (orgs). **Balanco Social: Teoria e prática**. São Paulo: 2001. p. 15-31.

_____. **Um pouco da história do Balanço Social.** São Paulo, 2003. Disponível em:
<<http://www.balancosocial.org.br.html>> Acesso em 10 mar 2005.

WISSMANN, Martin Airton. **Uma proposta para elaboração do balanço social.**
Dissertação (Mestrado em Engenharia)- Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO MONOGRÁFICO

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE ANÁLISE COM OS SÓCIOS DA EMPRESA
METALSUL

Roteiro de questões

1. Como surgiu a empresa Metalsul?
2. O que a empresa está realizando para a concretização do projeto EdC?
3. Como os funcionários são vistos? Qual a forma de tratamento?
4. Como é a segurança dos funcionários no trabalho? Quais os equipamentos utilizados?
5. Como os Senhores vêem a concorrência?
6. Quanto aos tributos, todos são recolhidos?
7. Em relação ao meio ambiente, o que a empresa realiza para não agredir a natureza?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO MONOGRÁFICO

**APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE ANÁLISE COM FUNCIONÁRIOS DA
EMPRESA METALSUL**

Roteiro de questões

1. Quanto tempo trabalha na empresa? Gosta de trabalhar na Metalsul?
2. Quais as diferenças, no ambiente de trabalho, das empresas em empregos anteriores com a atual?
3. Como se sente na empresa, qual a motivação para o trabalho?
4. Existe liberdade de expressão na empresa? Como os sócios são vistos?
5. Se fosse convidado(a) a trabalhar em outra empresa, ganhando mais do que ganha atualmente, o que faria?
6. Como é o convívio familiar? Mudou depois que começou a trabalhar nesta empresa?

ANEXOS

ANEXO B

DOCUMENTO DO MOVIMENTO ECONÔMICO DE COMUNHÃO

Na conclusão do encontro 1999 do Bureau Internacional de Economia e Trabalho, este documento nasceu da vontade de pessoas de todos os continentes – irmanadas pelo compromisso social e cultural que se inspira na espiritualidade da unidade, do Movimento dos Focolares – que sentem a responsabilidade e a exigência de se unirem em torno de uma proposta de ação econômica caracterizada pela comunhão pessoal e social.

O documento dirige-se a todos que, motivados por suas culturas ou convicções pessoais, compartilham o extremo mal-estar pela constatação de que, no atual contexto social, as razões da economia são antepostas a valores e a comportamentos fundamentais para um desenvolvimento harmonioso da sociedade e para o enfrentamento dos desafios urgentes que se apresentam à humanidade no próximo milênio.

Por uma ação econômica de comunhão

A pobreza e a riqueza extremas, a concentração do poder econômico, a degradação da natureza, a violência, a infelicidade e a desarmonia, a todos evidentes, exigem que sejam seriamente postas em discussão a cultura econômica hoje dominante, que determina as opções dos cidadãos, o modo de agir das empresas, a prática administrativa e o projeto das instituições.

É uma cultura que, muitas vezes,

- reduz os relacionamentos entre as pessoas a intercâmbios interesseiros;
- reduz as aspirações humanas à busca de um maior rendimento;
- reduz a sociedade a um espaço anônimo no qual se visa à afirmação individualista, na ilusão de uma paridade de oportunidades para pessoas e povos, na realidade desmentida pelos fatos.

Temos a convicção de que

- apesar de seus impulsos egoístas, a pessoa se realiza na comunhão com os outros, ou seja, no dar e no abrir-se desinteressadamente ao outro, comunhão essa que suscita a reciprocidade;
- em todas suas ações, a pessoa tem necessidade de buscar significados que vão além do seu valor instrumental;
- com a finalidade de acolher e valorizar adequadamente todos os membros, na diversidade de suas aspirações e possibilidades, a sociedade deve conjugar, sem

objeções ideológicas, diversos princípios de organização, entre os quais o intercâmbio, a autoridade baseada no consenso democrático e a livre associação civil.

Por esse motivo, enriquecidos pela experiência e pelas reflexões de todos os que trabalham por uma economia solidária no projeto de Economia de Comunhão na Liberdade, queremos empenhar-nos, com a ação e com a reflexão, em fazer com que cresça e se difunda uma “cultura econômica do dar” que se exprima:

em nível de opções individuais

- na aspiração a uma comunhão com o outro feita de abertura recíproca, de estima, de respeito e de partilha da condição humana;
- num estilo de consumo sóbrio e crítico, respeitoso dos recursos comuns da humanidade e da aspiração natural a uma igualdade substancial com os outros homens;
- num uso responsável da própria riqueza, a fim de que sirva à promoção do bem comum;
- numa presença ativa em iniciativas econômicas para o bem comum, que gerem empregos e respondam às necessidades não satisfeitas das pessoas e da comunidade;
- na partilha das próprias receitas e dos próprios recursos com o próximo que se encontra necessitado, num relacionamento de igual dignidade.

em nível de organizações produtivas:

- na conciliação das exigências de eficiência e de rentabilidade com o objetivo de tornar a atividade econômica um verdadeiro lugar de encontro entre todos os sujeitos envolvidos;
- na participação ativa dos trabalhadores na vida da empresa;
- no empenho concreto pela melhoria do ambiente social no qual atuam, sem considerar que lhes sejam alheios ao bem comum e às necessidades urgentes das pessoas menos favorecidas com as quais entram em contato;
- no estabelecimento de relações de abertura recíproca e de confiança com consumidores, fornecedores, concorrentes, com a comunidade local e a administração pública, tendo a atenção voltada para o interesse geral;
- na vivência e na promoção do pleno respeito pela ética e pelo ambiente.

em nível de projeto das instituições

- na garantia do controle democrático dessas instituições por parte dos cidadãos, consentindo também aos que não detêm poder econômico que possam exercer influência sobre eles;
- na garantia de um uso dos recursos naturais do Planeta que leve em consideração as exigências de todos os homens de hoje e, principalmente, daqueles de amanhã;
- no desenvolvimento de instituições, regras e leis capazes de conciliar as exigências da liberdade econômica com os objetivos da sociedade;
- na criação ou na consolidação de organismos internacionais capazes de estabelecer regras e de atuar de modo eficaz, especialmente em matéria de fluxos financeiros e comerciais, visando à proteção dos interesses em primeira instância, dos países mais fracos.

Temos a certeza de que uma cultura econômica que leve em consideração essas exigências poderá inspirar uma ação econômica que satisfaça os anseios de justiça, participação, paz, harmonia com a natureza, felicidade e beleza, de todos os homens e as mulheres do século XXI.

International Bureau of
Economy and Work
New Humanity
Movimento dos Focolares

Mariópolis Araceli (Brasil),